

Mudanças na estrutura sócio-ocupacional das metrópoles brasileiras, 1991-2000

Changes in the socio-occupational structure of the Brazilian metropolises, 1991-2000

Suzana Pasternak

Resumo

O trabalho apresenta os resultados de um estudo comparativo com 10 metrópoles e uma aglomeração urbana no Brasil, procurando observar as semelhanças e diferenças entre as estruturas socioocupacionais das metrópoles estudadas e sua evolução entre 1991 e 2000. Trata-se de responder às questões: 1) como a reestruturação produtiva afetou a estrutura sócio-ocupacional de cada metrópole no fim do século passado; 2) se a evolução entre 1991 e 2000 foi semelhante nas aglomerações estudadas; 3) quem são os componentes das distintas categorias sócio-ocupacionais nas diferentes metrópoles das grandes regiões brasileiras. Todas as metrópoles estudadas tiveram crescimento demográfico maior na periferia que no núcleo. Embora as metrópoles sejam específicas, há certa semelhança na sua estrutura: no ano 2000, em todas as ocupações médias predominam. No Sudeste, é nítida a perda de dirigentes, mas apenas em São Paulo percebeu-se aumento significativo da base da pirâmide social.

Palavras-chave: estrutura sócio-ocupacional; metrópoles brasileiras; reestruturação produtiva nas metrópoles.

Abstract

The paper shows the results of a comparative study with ten metropolises and an urban agglomeration in Brazil, trying to observe the similarities and differences among their socio-occupational structures and their evolution between 1991 and 2000. It answers the following questions: 1) how the productive restructuring affected the socio-occupational structure of each metropolis at the end of the last century; 2) whether the evolution between 1991 and 2000 was similar in the agglomerations that were studied; 3) who are the components of the different socio-occupational categories in the metropolises of the large Brazilian regions. The demographic growth of all the studied metropolises has been higher in the periphery than in the central part of the city. Although the metropolises are specific, there is a certain similarity in their structures: in the year 2000, all the middle jobs were predominating. In the Southeast, the loss of leaders is clear, but only in São Paulo has a meaningful increase in the basis of the social pyramid been noticed.

Keywords: socio-occupational structure; Brazilian metropolises; productive restructuring in the metropolises.

Introdução

O Observatório das Metrópoles tem desenvolvido estudos e pesquisas que visam contribuir teórica e metodologicamente para os debates, no âmbito da academia, das instituições governamentais e não governamentais e dos movimentos sociais, sobre os impactos sociais produzidos pelas transformações econômicas que ocorrem no Brasil, desde meados de 1980. Esses impactos se externalizam particularmente nas grandes cidades e nas regiões metropolitanas, onde as transformações adquirem maior significado. A polêmica que alimenta o debate está centrada nos efeitos da reestruturação produtiva sobre o mercado de trabalho, com significativas alterações na oposição entre as classes sociais, que marcou a era industrial fordista, e o surgimento de uma nova estrutura social, marcada por uma crescente polarização entre estratos superiores e inferiores da sociedade. Essas questões estão no centro das discussões sobre a *global city* (Sassen, 1998), cuja hipótese central é a existência de nexos estruturais entre as mudanças em curso na economia e a intensificação da dualização social. Nesse processo, em que o Setor Terciário estaria assumindo predominância diante de processos simultâneos de modernização e relativa retração no emprego do Setor Secundário, haveria igualmente uma reconfiguração e um encolhimento das classes médias, tendo em vista as mudanças na estrutura produtiva e nos padrões organizacionais e tecnológicos. Algumas ocupações típicas das classes médias estariam em declínio, outras se desqualificariam, e surgiriam novas profissões ligadas à expansão das funções de gestão (Sassen, 1998). A estrutura

social, alicerçada na indústria da informação, em especial nas grandes metrópoles, estaria assentada, de um lado, na existência de profissionais altamente qualificados e bem remunerados e, de outro, em um contingente de trabalhadores menos qualificados e de não menos importância, como secretárias, faxineiros e trabalhadores de manutenção, configurando uma estrutura social no formato de ampulheta. Essa imagem, que não encontra unanimidade junto aos pesquisadores, estaria em contraposição à de um ovo, que representa a predominância das camadas médias e operárias na estrutura social e a presença reduzida dos estratos superiores e inferiores dessa estrutura.

Com base nesses pressupostos, e pretendendo verificar a procedência ou não das teses da *global city* na realidade brasileira, foi elaborada uma hierarquia sócio-ocupacional com a construção de um conjunto de categorias, a partir das variáveis censitárias de ocupação segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), criada de acordo com as diretrizes da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO) da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os dados censitários são os únicos disponíveis, no Brasil, com capacidade simultânea de comparabilidade no tempo e no espaço, contemplando dados do mundo do trabalho. Como ponto de referência, foi utilizado o sistema de classificação das profissões na França, adotado pelo Institut National d'Économie et Statistique (INSEE), e o primeiro trabalho comparativo realizado foi entre Paris e Rio de Janeiro (Preitecelle e Ribeiro, 1998).

Essas pesquisas têm como ponto de partida uma concepção multidimensional da estruturação do espaço social, o que permite alcançar uma compreensão mais refinada

das eventuais posições sociais que os grupos de indivíduos ocupam e detectar as múltiplas escalas de hierarquização no espaço social. A estrutura social “[...] é entendida, simultaneamente, como um espaço de posições sociais e um espaço de indivíduos ocupando esses postos e dotados de atributos sociais desigualmente distribuídos e ligados às suas histórias” (Ribeiro e Lago, 2000, p. 112), dentro de uma articulação que remete ao pensamento de Bourdieu (1989). O autor desenvolve a noção de que os indivíduos ou agentes ocupam posições relativas no espaço social, as quais se encontram em oposição. É possível classificar empiricamente essas posições relativas segundo os diferentes agrupamentos sociais, podendo ser identificadas pelo volume dos capitais (econômicos, sociais e simbólicos) que eles detêm e pela estrutura desses capitais. Colocados em posições semelhantes e estando sujeitos a condicionamentos similares, há probabilidade de que esses agentes ou indivíduos desenvolvam atitudes, interesses e práticas aproximadas. A incorporação desse esquema à pesquisa sobre as metrópoles brasileiras está pautada no pressuposto metodológico da centralidade do trabalho como categoria estruturadora das relações sociais (Ribeiro e Lago, 2000, p. 112).

As categorias sócio-ocupacionais, através das quais é possível captar a segmentação social nas metrópoles brasileiras, foram construídas a partir de alguns princípios gerais que se contrapõem e que estão na base da organização da sociedade capitalista, tais como: capital e trabalho, grande e pequeno capital, assalariamento e trabalho autônomo, trabalho manual *versus* não manual e atividades de controle e de execução. Também foi levada em consideração a diferenciação entre

setores da produção, como o Secundário e o Terciário, e, finalmente, entre os ocupados no Setor Secundário, foi feita uma distinção a partir da inserção dos trabalhadores nos segmentos modernos ou tradicionais da indústria (Ribeiro e Lago, 2000). (Mammarella, 2007, p. 157)

Entre 1991 e 2000, o Censo modificou sua forma de definir tanto o desemprego, como o tipo de ocupação, o que dificulta a comparação entre 1980, 1991 e 2000. Em 1991, o período de referência para a verificação do estado de emprego era de 12 meses, assim como em 1980. E a condição de ocupação referia-se a três possíveis estados: se trabalhou habitualmente ou eventualmente neste período de referência, ou se não trabalhou. No ano 2000, o período de referência foi de uma semana, e a questão foi mais detalhada: perguntava-se se trabalhou em atividade remunerada ou não; em caso da resposta não, se estava temporariamente afastado, se exerceu atividade não remunerada ou se, no período de 1 mês na data anterior ao Censo, tomou alguma providência para conseguir trabalho. Assim, as cifras de ocupados entre os anos 1980, 1991 e 2000 não são comparáveis: a adoção do período de uma semana, em lugar de 12 meses, pode induzir a uma ampliação da magnitude do desemprego. De outro lado, atividades domiciliares como ajuda a outro, trabalho para o autoconsumo, etc., reduzem o desemprego, pois passam a ser computadas.

Em 2000, modificou-se também a forma de classificar as ocupações, através da utilização da CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) e da CNAE (Classificação Nacional de Atividade Econômica). Na pesquisa, foi feito um ajuste da classificação ocupacional de

1991 com a metodologia censitária de 2000, o que possibilita a comparação entre estas duas datas. Para 1980, entretanto, isso não foi feito. Assim, qualquer comparação que envolve os 20 últimos anos do século XX só poderá ser feita entre grandes grupos, e o percentual de população ocupada em relação à total entre estas três datas não é passível de comparação. Por isso, a análise da evolução das categorias sócio-ocupacionais se concentra em 1991 e 2000. E deve ser lembrado que o número absoluto de ocupados de 1991 não é, rigorosamente,

obtido da mesma forma que o de 2000. Mesmo assim optou-se por analisar a evolução, apesar desta ressalva. A análise relativa dos percentuais pode elucidar a evolução.

Foram verificadas também as alterações no mercado de trabalho formal das metrópoles estudadas. Para tanto se utilizaram dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais, Ministério do Trabalho), cobrindo o mercado formal de 1991 e 2000, cotejando-os com as informações censitárias sobre a população ocupada.

Quadro 1 – Categorias sócio-ocupacionais

dirigentes	grandes empregadores dirigentes do setor público dirigentes do setor privado
profissionais de nível superior	profissionais autônomos de nível superior profissionais empregados de nível superior profissionais estatutários de nível superior professores de nível superior
pequenos empregadores	pequenos empregadores
ocupações médias	ocupações de escritório ocupações de supervisão ocupações técnicas ocupações de saúde e educação ocupações de segurança, justiça e correio ocupações artísticas e similares
trabalhadores do terciário	trabalhadores do comércio trabalhadores de serviços especializados
trabalhadores do secundário	trabalhadores manuais da indústria moderna trabalhadores manuais da indústria tradicional trabalhadores manuais de serviços auxiliares trabalhadores manuais da construção civil
trabalhadores do terciário não especializado	prestadores de serviços não especializados empregados domésticos ambulantes e biscateiros

Questões colocadas

As transformações que se processam na economia brasileira têm provocado mudanças tecnológicas na formatação social e na organização espacial.

Nesse movimento também foram alteradas situações que marcaram durante muito tempo a organização espacial da atividade econômica e o tipo de vínculo existente entre as regiões. O território se cobriu de redes de fluxos, tangíveis e intangíveis, que intensificaram as relações entre as pessoas, as empresas e os lugares, facilitando a possibilidade de cooperação, mas aumentando também a competição. Algumas regiões de antiga tradição industrial perderam atrativo como localização diante do aparecimento de outras áreas emergentes. (Piquet, 2000, p. 97)

As consequências desse processo se fizeram sentir também no mercado de trabalho, provocando alterações no perfil do emprego. Há algumas teorizações sobre essas mudanças, entre as quais uma das mais conhecidas é a de Sassen (1991) que propõe, como hipótese central para as chamadas cidade globais, “a existência de um vínculo estrutural entre o tipo de transformação econômica característica dessas cidades e a intensificação de sua dualização social e urbana” (Preteceille, 1994, p. 66).

No Brasil, as consequências das transformações econômicas mundial compeliram a indústria, setor mais exposto à concorrência internacional, sobretudo depois da abertura comercial do governo Collor, nos anos 90, a proceder a um vigoroso ajuste produtivo, que resultou numa intensificação de capital nas

formas de produção e a uma eliminação de milhares de postos de trabalho. “Em consequência, sobre uma estrutura social já desigual e excludente, ampliaram-se o desemprego e as formas precárias de trabalho, tais como o trabalho sem carteira, o trabalho em tempo parcial, o de elevada rotatividade, etc.” (Piquet, 2000, p. 98). Tanto trabalhos produzidos sobre esta dinâmica, como os dados da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais, Ministério do Trabalho), cobrindo o período de 1991 a 2000, atestam esta redução do mercado formal nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, as maiores do país, onde o impacto da reestruturação produtiva parece ser maior (a taxa de crescimento dos empregos formais de São Paulo no período foi de -0,28% ao ano, e a do Rio de Janeiro, de -0,87% anuais). Deve também ser lembrado que a reengenharia feita nestes anos, visando tornar os produtos brasileiros mais competitivos, terceirizou parte do trabalho não diretamente ligado à produção, antes computado como industrial, agora como serviço. É o caso, entre outros, das atividades de manutenção, segurança, alimentação e limpeza.

As sociedades do mundo desenvolvido têm apresentado um processo de terceirização, com transferência de empregos das atividades da indústria de transformação para as atividades de serviços. Alguns autores chamam a este fenômeno passagem da fase industrial para uma fase pós-industrial e, inclusive, acreditam que um indicador como uma proporção de mais da metade dos empregos em serviços poderia ser considerado como indicador positivo de progresso econômico: o progresso se daria pela passagem das sociedades pré-industriais para outras, de caráter industrial, e destas para

pós-industriais. Para dar um exemplo na região metropolitana de São Paulo, a proporção de empregos formais em serviços em 1991 foi de 45,23%, que passou para 59,26% no ano 2000). Segundo esta corrente, a RMSP estaria num caminho positivo.

Essa visão de crescimento econômico pode ser facilmente contestada: o setor de serviços é extremamente heterogêneo. Há os serviços à produção, com aumento das tarefas prévias e posteriores à fabricação propriamente dita, característicos das economias avançadas. E há também o terciário como refúgio, absorvente da mão de obra por atividades pouco qualificadas, comum em países emergentes com problema de empregos.

Segundo o paradigma de Sassen, a reestruturação produtiva vigente estaria causando um alto crescimento do emprego de baixa qualificação, de caráter precário ou autônomo, o que permitiria falar num processo de dualização ocupacional. Essa visão

[...] leva à dupla hipótese da desindustrialização-terciarização e da dualização do mercado de trabalho, evoluindo de acordo com uma estrutura do tipo ampulheta, com a diminuição das categorias médias (entre as quais os operários qualificados), e o crescimento forte, de um lado, das categorias superiores ligadas ao conjunto das atividades terciárias dominantes (finanças, serviços, etc.); de outro, das categorias inferiores necessárias ao funcionamento dessas atividades (pequenos empregos de escritório, mensageiros, etc.) e ao funcionamento dos serviços de consumo que garantem o luxuoso nível de vida das categorias anteriores (restaurantes, hotéis, serviços domésticos, etc.). (Preteceille, 1994, p. 71)

Outra visão, chamada de "industrial", destaca o declínio da grande indústria fordista e sua transformação ou substituição por novas formas de produção, nas quais cresceria a parte do trabalho qualificado, intelectual, e se reduziria o trabalho manual repetitivo. Isso provocaria o crescimento de categorias médias qualificadas, de categorias superiores ligadas à pesquisa, ao design, ao marketing, e um decréscimo das categorias tradicionais de operários qualificados e não qualificados. Para muitos, a estrutura geral da mão de obra não mudaria, mudaria apenas a empresa controladora e aconteceria uma dispersão da mão de obra entre diferentes empresas e regiões. Autores com Preteceille (1995), Hammett (1995), Maldonado (2000) ressaltam que em Paris, Londres e Madri não se deu um processo de dualização social.

O resultado das mudanças sociais no seu conjunto é a elevada profissionalização das categorias sociais, embora se deva levar em conta o fato de que se abrem outras linhas de desigualdade nas diferenças marcadas pela idade, pelo gênero e pelo território. Se, considerando a sociedade no seu conjunto, houve uma certa diminuição das desigualdades na distribuição de renda no período 1981-91 e um crescimento das classes médias, em face de uma diminuição dos trabalhadores, as diferenças experimentadas pelos distintos grupos de idade, a dificuldade das mulheres para encontrar trabalho e a diferenciação no assentamento dos grupos sociais no território, marcado em grande parte por um mercado imobiliário que seleciona a distribuição dos grupos sociais, apontam para um resultado matizado desses avanços na diminuição das desigualdades. (Maldonado, 2000, pp. 177-178)

No Brasil, muitas grandes empresas verticalmente integradas estão sendo levadas, por pressão do mercado, a terceirizar suas atividades complementares para comprá-las no mercado concorrencial a menor preço. Assim, muitas atividades antes integradas à grande indústria passam a serem exercidas por pequenos empresários, autônomos, cooperativas, o que transforma certo número de empregos formais em ocupações precárias, sem garantias e direitos trabalhistas. Há um claro processo de precarização das relações de trabalho nos anos 90, o que nem sempre significa diminuição do nível de rendimento.

O presente trabalho analisa a estrutura sócio-ocupacional em 11 regiões metropolitanas brasileiras que compõem o Observatório das Metrópoles (Belém não foi analisada):

- no Sudeste, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte;
- no Sul, Curitiba e Porto Alegre;
- no Nordeste, Natal, Fortaleza, Recife e Salvador;
- no Centro Oeste, Goiânia;
- a aglomeração urbana de Maringá. Goiânia e Maringá serão analisadas como áreas de expansão.

Pretende-se verificar:

- semelhanças e diferenças entre as estruturas sócio-ocupacionais das metrópoles por região;
- semelhanças e diferenças entre as mudanças nesta estrutura nos anos 90, que marcam a reestruturação produtiva no país.

Tenta-se responder às questões:

- como a reestruturação produtiva afetou a estrutura social de cada metrópole brasileira?
- há semelhanças e diferenças nestas estruturas e por quê?

- as mudanças foram num mesmo sentido em todas as metrópoles de cada segmento espacial?
- há distinções marcantes entre as metrópoles das diversas regiões?
- a precarização realmente aumentou na década? Ou seja, houve real aumento dos empregos sem carteira e dos autônomos? A taxa de desemprego, por mudança no conceito, não pode ser comparada.
- quem são os componentes das categorias sócio-ocupacionais em cada metrópole? Por exemplo: a elite nordestina é semelhante à elite das metrópoles mais industriais? Quem são as chamadas camadas médias nas distintas metrópoles brasileiras? A estrutura ocupacional dos trabalhadores manuais urbanos apresenta diferenças?

Escala e taxas de incremento da população

As metrópoles estudadas pelo Observatório apresentam tamanho populacional bem distinto: as três metrópoles do Sudeste – Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo – têm população com mais de 4 milhões de habitantes. São Paulo tinha, no ano 2000, mais de 17 milhões e o Rio de Janeiro, quase 11 milhões. Porto Alegre, no Sul, Recife e Salvador, no Nordeste, contam com mais de 3 milhões; Fortaleza e Curitiba apresentam tamanho demográfico de mais de 2,5 milhões de pessoas, enquanto Belém, Goiânia e Natal ficam na casa de 1 milhão. A aglomeração urbana de Maringá não alcançava 500 mil pessoas no ano 2000. O tamanho da população total apresenta, assim, uma enorme amplitude, assim como a população ocupada.

Tabela 1 – Metrôpoles, por tamanho da população total e da população ocupada em 2000

Metrópole	População total	População ocupada	Taxa de ocupação - %
São Paulo	17.834.664	7.115.257	39,90
Rio de Janeiro	10.872.768	4.119.788	37,89
Belo Horizonte	4.811.760	1.739.846	36,16
Porto Alegre	3.655.834	1.568.232	42,90
Recife	3.335.704	1.090.342	32,69
Salvador	3.018.285	1.115.958	36,97
Fortaleza	2.975.703	1.042.528	35,03
Curitiba	2.725.629	1.162.205	42,64
Belém	1.794.981	624.129	34,77
Goiânia	1.636.465	717.769	43,86
Natal	1.040.109	379.566	36,49
Maringá	473.898	211.459	44,62

Fonte: Síntese Preliminar do Censo Demográfico de 2000; Censo de 2000.

Percebe-se que as taxas de ocupação são significativamente maiores nas metrôpoles do Sul (Curitiba e Porto Alegre) e nas aglomerações de expansão (Goiânia e Maringá). No Sudeste essa taxa fica em torno de 37%, com São Paulo atingindo quase 40%. Entre

as quatro metrôpoles do Nordeste, a taxa de ocupação é menor e apresenta o valor mínimo no Recife e tendo valores mais altos em Fortaleza e Salvador. Essa taxa de ocupação varia com o nível de desemprego local e com a estrutura etária.

Tabela 2 – Metrôpoles, taxas anuais de crescimento populacional total, do núcleo e da periferia entre 1991 e 2000, em percentagem

Metrópole	População total	População ocupada	Taxa de ocupação - %
São Paulo	1,49	0,81	2,55
Rio de Janeiro	1,19	0,76	1,71
Belo Horizonte	3,84	1,16	6,91
Porto Alegre	2,12	0,93	2,89
Recife	1,64	1,03	2,11
Salvador	2,16	1,85	3,59
Fortaleza	2,92	2,17	5,12
Curitiba	3,15	2,13	5,80
Belém	3,37	0,31	21,68
Goiânia	3,24	1,91	6,57
Natal	2,61	1,80	4,22
Maringá	2,26	2,06	2,57

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Notou-se, em relação ao incremento populacional 1991-2000, que São Paulo e Rio de Janeiro tiveram taxas modestas (1,19 e 1,49 % anuais, respectivamente). No Sudeste, a única metrópole com crescimento elevado foi Belo Horizonte, com taxa de 3,84% anuais. Mas essa taxa elevada deve-se principalmente ao crescimento periférico, de 6,91% anuais. A taxa do núcleo central, para as três metrópoles do Sudeste, é baixa (0,76% para o Rio de Janeiro, 0,81% para São Paulo e 1,16% para Belo Horizonte). Tanto no Rio, como em São Paulo, com em Belo Horizonte, a periferia cresce bem mais que o município capital.

O nível de crescimento total das metrópoles do Sul é bem mais alto: Curitiba cresceu a 3,51% ao ano no período, e Porto Alegre a 2,12%. Nas metrópoles do Sul, o crescimento periférico também ultrapassou largamente o do pólo central: em Curitiba foi 2,72 vezes o da capital, e em Porto Alegre, 3,30 vezes. Porto Alegre teve apenas 0,93% de taxa de crescimento no núcleo.

No Nordeste, as taxas também foram elevadas em Fortaleza (2,92% anuais) e Salvador (2,16). Já no Recife o crescimento populacional entre 1991 e 2000 foi de apenas 1,64. Mas nas metrópoles do Nordeste o fenômeno do maior crescimento dos municípios periféricos também é visível, mesmo Recife apresentando taxa de incremento na periferia de 2,11% anuais. Em Fortaleza e Salvador, essas taxas ultrapassam 3,5% anuais. Em Natal, a taxa de crescimento total atingiu 2,61% anuais no período, também com a periferia crescendo 2,34 vezes o centro (a taxa dos municípios periféricos foi de 4,22% ao ano, e a do município central de Natal, de 1,80%). Em Goiânia, a taxa bastante alta de crescimento total de 3,24% ao ano pode ser

dividida numa taxa de 1,91% para o núcleo central e 6,57% para a periferia. Maringá, por sua vez, cresce à taxa de 2,26, sendo a única aglomeração que cresce de forma mais equilibrada entre centro (2,06%) e periferia (2,57%)

Assim, todas as metrópoles estudadas tiveram crescimento maior na periferia. As metrópoles do Sudeste mostram esvaziamento populacional e funcional de áreas centrais consolidadas. Esta frente de urbanização periférica, não raro, se traduz em destruição de meio ambiente. Em todas as metrópoles percebe-se um movimento geral em direção a uma urbanização dispersa, com maior proporção de população urbana e menos agricultores e uma estrutura sócio-ocupacional mostrando perda de trabalhadores industriais, ganho de trabalhadores de serviços (especializados e não especializados) e maior profissionalização.

Evolução do mercado formal de empregos

A evolução dos empregos formais nas metrópoles estudadas entre 1991 e 2000 se deu de forma distinta: no Sudeste, São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram perda absoluta de postos de trabalho formais, mais acentuada no Rio que em São Paulo, enquanto em Belo Horizonte o número absoluto de postos de trabalho subiu um pouco na década. No Sul, tanto Porto Alegre como Curitiba tiveram aumento, grande em Curitiba (a maior taxa de aumento entre as metrópoles estudadas); no Nordeste, onde todas as metrópoles apresentaram aumento, a maior taxa de incremento aconteceu em Salvador, com ganho de 1,98% anuais, num total de

113 mil novos empregos formais no período. As duas áreas de expansão tiveram altas taxas de incremento anual de empregos. Tanto Maringá como Goiânia viram seus empregos formais crescerem a taxas maiores que 3,5% anuais, com Goiânia ganhando mais de 100 mil postos de trabalho no período. A Tabela 2 abaixo mostra os ganhos em Curitiba, Maringá, Salvador,

Fortaleza e Belo Horizonte, certa estagnação no Recife, Natal e Porto Alegre e perda nas duas maiores metrópoles, Rio de Janeiro e São Paulo. No conjunto as metrópoles estudadas ganharam 475 mil empregos formais no período. As duas maiores metrópoles brasileiras, Rio de São Paulo, perderam 257 mil postos de trabalho nos anos 90.

Tabela 3 – Evolução dos empregos formais entre 1991 e 2000, metrópoles estudadas

Região	RM	Empregos formais			
		1991	2000	Diferença	Taxa - %
Sudeste	Rio de Janeiro	2.355.039	2.117.078	-237.961	-0,87
	São Paulo	4.749.809	4.630.809	-119.000	-0,28
	Belo Horizonte	1.018.915	1.192.068	173.153	1,76
Sul	Porto Alegre	884.943	953.005	68.062	0,83
	Curitiba	505.113	730.814	225.701	4,19
Nordeste	Fortaleza	419.474	495.382	75.908	1,87
	Natal	195.029	210.830	15.801	0,87
	Recife	591.460	621.075	29.615	0,54
	Salvador	588.685	702.172	113.514	1,98
Expansão	Maringá	65.972	94.839	28.867	4,12
	Goiânia	281.826	384.024	102.198	3,50

Fonte: RAIS/MTE, 1991 e 2000.

As taxas de informalidade do trabalho, estimadas a partir da comparação entre os empregos formais e a população ocupada, aumentaram em todas as metrópoles estudadas no período. A mais baixa, de São Paulo em 1991, alcançava, naquela data, o valor de menos de 20%, aumentando para 35% no ano 2000. No Rio de Janeiro, a taxa de informalidade no ano 2000 tem um padrão “nordestino”, de quase 50%. Nas metrópoles do Nordeste, o valor maior é o de Fortaleza, onde

quase 53% da população ocupada não têm vínculo formal de emprego. Em Salvador, esse valor é menor que o de São Paulo. De qualquer forma, o crescimento do assalariamento sem carteira é generalizado nos anos 90. A evolução dos mercados de trabalho no que diz respeito a este item apresenta forte semelhança, com a informalidade crescendo em todas as metrópoles, com exceção de Maringá, onde a taxa, que era extremamente elevada, caiu um pouco no período.

Tabela 4 – Estimativa da informalidade no trabalho (empregos formais/população ocupada)

Região	Metrópole	1991 - %	2000 - %
Sudeste	Rio de Janeiro	35,54	47,20
	São Paulo	19,24	34,92
	Belo Horizonte	24,91	29,93
Sul	Porto Alegre	50,43	52,90
	Curitiba	34,40	34,71
Nordeste	Fortaleza	49,45	52,68
	Natal	32,83	43,93
	Recife	38,70	43,04
	Salvador	29,75	37,08
Expansão	Maringá	63,84	58,95
	Goiânia	41,62	44,17

Fonte: MTE/RAIS e IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000.

A estrutura dos empregos do mercado formal mostrou, para as metrópoles do Sudeste, forte queda dos empregos na indústria e grande incremento relativo dos empregos nos serviços. A metrópole mais industrial, São Paulo, foi a que mais perdeu participação do emprego formal na indústria (perda de 6,88 pontos percentuais), seguida pelo Rio de Janeiro (perda de 5,96 pontos percentuais) e por Belo Horizonte (perda de 3,22 pontos percentuais). Mesmo assim, a participação relativa da indústria na metrópole paulista é ainda a maior do Sudeste. De outro lado, a maior participação relativa nos serviços está no Rio de Janeiro. Deve ser lembrado sempre que no fim da década de 80 e início de 90, com a abertura comercial, se intensificaram os processos de reengenharia para ajuste de custos e aguentar a concorrência com produtos importados. Esta reengenharia implicava redução de custos e terceirização de atividades. Assim, muitos setores de atividade, antes

dentro da indústria, foram terceirizados. Entre estes setores estão principalmente atividades ligadas à segurança, limpeza e alimentação. Esses postos de trabalho, antes computados como industriais, passaram a ser terceirizados e entraram nas estatísticas como serviços. Acredita-se que parte da diminuição dos postos industriais deva-se a este fenômeno, o que não exclui também uma perda real de empregos na indústria.

Os subsetores industriais de São Paulo mostraram pouca mudança relativa em 1991 e 2000: nas duas datas, os setores predominantes foram os das indústrias metalúrgica, farmacêutica, têxtil e construção civil. Aliás, houve aumento da participação relativa na construção civil de 12,76% dos empregos formais em 1991 para 16,35% em 2000. Os empregos na indústria de matéria de transporte, que alcançavam 10,48% dos empregos em 1991, caem para 8,77% no ano 2000. O perfil dos empregos industriais no Rio é distinto do

paulista: apresenta maior peso na construção civil (19% dos empregos em 1991 e 23,19% no ano 2000), a indústria metalúrgica é relativamente menos importante do que em São Paulo, mas a químico-farmacêutica e a têxtil tem peso grande tanto em 1991 como em 2000. Outras diferenças grandes surgem nos serviços industriais de utilidade pública, que no Rio empregam mais de 10% da força de trabalho formalmente empregada, enquanto em São Paulo esse percentual passa de 2,61% para 3,52%, entre 1991 e 2000 e na indústria de alimentos e bebidas, no Rio com 12,65% dos empregos e São Paulo com 7,28%.

O perfil dos empregos em Belo Horizonte apresenta grande peso na indústria metalúrgica (mais de 22% em 1991), nos serviços de utilidade pública (9,02% em 1991), na indústria de bebidas e alimentos (10,78% no ano 2000). O grande peso do emprego industrial em Belo Horizonte é o da construção civil, com 30,16% dos empregos em 1991 e 31,98% em 2000. Belo Horizonte compartilha essa forte proporção de empregados na construção civil com Recife (onde a proporção é 31,60% no ano 2000), com Salvador 9,41% em 1991 e 42,7% em 2000) e Goiânia (43% em 1991 e 31% no ano 2000).

Tabela 5 – Estrutura do emprego formal nas metrópoles do Sudeste, 1991 e 2000, em %

Setor	Rio de Janeiro		São Paulo		Belo Horizonte	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Indústria	21,10	15,14	35,22	25,34	24,90	21,68
Comércio	13,14	17,12	11,03	15,12	10,81	13,33
Serviços	56,54	67,54	45,23	59,26	54,35	64,14
Agropecuária	0,24	0,18	0,14	0,27	0,41	0,85
Outros/ig	8,98	0,00	8,37	0,00	9,52	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: MTE/RAIS, de 1991 e 2000.

No Sul também acontece uma queda na proporção de empregos industriais. Porto Alegre tem queda insignificante, de apenas 1,7 pontos percentuais, conservando seu perfil de cidade operária. Curitiba, entretanto, que tinha

32,12% dos seus empregos formais na indústria em 1991, perde mais de 11 pontos percentuais e apresenta profunda transformação da estrutura de emprego em 2000, com ganho de 18 pontos em serviços.

O perfil industrial de Curitiba apresenta uma grande transformação nos anos 90: os empregos na indústria de material de transporte, que eram apenas 3,77% dos empregos formais, sobem para 10,25% em 2000. Em números absolutos, isso significou um ganho de quase 12 mil postos de trabalho formais. Provavelmente a instalação da Renault na região metropolitana foi responsável por esse ganho. Outros setores com nível grande de emprego foram a indústria mecânica, a

químico-farmacêutica, a de alimentos e bebidas e a construção civil.

Porto Alegre tem perfil industrial muito específico: 26,65% dos empregos formais alocavam-se na indústria de calçados em 1991, proporção com pequena mudança para 24% em 2000. Em números absolutos, a indústria calçadista perde quase 7 mil empregos no período, mas é ainda a grande empregadora, com 1/4 dos empregos formais no setor secundário.

Tabela 6 – Estrutura do emprego formal nas metrópoles do Sul, 1991 e 2000, em %

Setor	Curitiba		Porto Alegre	
	1991	2000	1991	2000
Indústria	35,12	23,86	29,84	28,15
Comércio	13,58	15,20	12,36	13,88
Serviços	42,34	60,33	52,02	57,25
Agropecuária	0,38	0,60	0,40	0,71
Outros/íg	11,58	0,00	5,38	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: MTE/RAIS, de 1991 e 2000.

Fortaleza surge como a metrópole nordestina com maior proporção de empregos formais na indústria: 27% em 1991 e 26% no ano 2000. Natal e Recife ficam com cerca de 19% de emprego industrial, e Salvador tem apenas 15% no ano 2000. De outro lado, Salvador apresenta mais de 70% de sua força de trabalho formal nos serviços, mais que o Natal e Recife, onde o percentual é de mais que 65%. Natal e

Recife têm estrutura de empregos muito semelhante no ano 2000. Em Salvador e no Recife, o aumento relativo dos empregos nos serviços é alto. Já em Natal esta proporção já era alta em 1991, subindo ligeiramente em 2000. Em Fortaleza vai existir a menor proporção de empregos formais em serviços entre as metrópoles nordestinas, e o aumento entre 1991 e 2000 foi de pouco mais de 4 pontos percentuais.

Tabela 7 – Estrutura do emprego formal, metrópoles do Nordeste, 1991 e 2000, em %

Setor	Fortaleza		Natal		Recife		Salvador	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Indústria	27,29	26,35	18,42	19,55	24,35	19,52	19,30	14,65
Comércio	11,36	14,46	7,76	14,10	11,36	13,92	11,02	13,66
Serviços	53,81	58,03	64,6	65,25	49,72	65,12	62,66	71,13
Agropec.	2,05	1,16	0,29	1,09	0,56	1,41	0,57	0,56
Outros/ig	5,49	0,00	8,67	0,00	14,01	0,00	6,45	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: MTE/RAIS, de 1991 e 2000.

O perfil industrial das metrópoles do Nordeste é distinto das do Sul e Sudeste. Nessas, a proporção dos empregos formais na construção civil era de ordem de 20% em 2000, com exceção de Belo Horizonte, onde alcançava 32%. Já Recife, Natal e Salvador apresentam percentuais da ordem de 26% a 43% de emprego na construção civil. Fortaleza diminui sua proporção de 23% em 1991 para 19% no ano 2000.

O outro ramo industrial com forte proporção de empregos formais é o da indústria têxtil: em Fortaleza alcança 35% em 2000 (45 mil pessoas), e em Natal, 38% (15,5 mil empregos).

Salvador e Recife têm em comum com as outras metrópoles nordestinas a grande proporção em construção civil (32% no Recife e 43% em Salvador). Diferem, entretanto, de Fortaleza e Natal na distribuição dos outros setores industriais: no Recife, além da

construção civil, o outro ramo industrial com alta proporção é o da indústria de produtos alimentícios, com 25% dos empregos formais na indústria em 1991 e 21% em 2000. Em Salvador, 15% dos empregos na indústria estão na indústria química, 10% nos produtos alimentícios. Nessas duas metrópoles, cerca de 10% dos empregos formais encontram-se nos serviços industriais de utilidade pública, diferentemente de Fortaleza e Natal.

As duas aglomerações chamadas de expansão: Goiânia e a aglomeração urbana de Maringá apresentam perfil diverso. Goiânia tem pouco mais de 20% dos empregos formais na indústria, enquanto Maringá chega a quase 31%. De outro lado, o setor serviços aparece com forte percentual em Goiânia (61,5% em 2000), e em Maringá tem apenas 42,24% dos empregos. Entre 1991 e 2000, as duas metrópoles se mantiveram com relativa estabilidade.

Tabela 8 – Estrutura do emprego formal nas metrópoles de Goiânia e Maringá

Setor	Goiânia		Maringá	
	1991	2000	1991	2000
Indústria	20,76	21,05	26,14	30,42
Comércio	12,01	16,62	18,06	23,01
Serviços	59,90	61,45	43,82	42,32
Agropecuária	0,41	0,88	5,74	4,24
Outros/ig	6,92	0,00	6,23	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: MTE/RAIS, de 1991 e 2000.

O perfil industrial de cada uma dessas metrópoles é bem específico. Na RM de Goiânia, tal como nas metrópoles do Nordeste, a proporção dos empregos formais na construção civil é elevada: 43% em 1991 e 31% no ano 2000. A indústria têxtil aparece também como grande empregadora, e crescente, com proporção aumentando entre 1991 e 2000 de 8,60% para 14,85% dos empregos formais na indústria subindo de 5 mil para 12 mil empregos. Os empregos na indústria de produtos alimentícios também sobem de 16% para 24%, aumentando de 9 mil postos de trabalho para 19 mil. De outro lado, o peso dos serviços industriais de utilidade pública diminui, assim como o número absoluto de empregados. Entre construção civil, produtos alimentícios e têxtil, estão 70% dos empregos formais no setor secundário.

Já em Maringá, além da indústria da construção civil (com 22% em 1991 e 24% em 2000), alimentos e têxtil, tem grande peso a indústria de madeira e mobiliário, com 10% dos empregos em 1991 e 8% em 2000. Em

números absolutos, a indústria da madeira e mobiliário passou de 1,7 mil para 2,3 mil empregados, a têxtil de 3 mil para 6 mil e a construção civil de quase 4 mil para mais de 7 mil.

Concluindo, pode-se observar que a estrutura do mercado de trabalho formal apresenta diferenças entre as metrópoles estudadas. No Sul e Sudeste, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre têm mais de 20% do seu emprego formal no setor secundário. Nas áreas de expansão do emprego formal, onde sua taxa de crescimento é superior a 3% ao ano, acontece o mesmo: tanto Goiânia como Maringá apresentam mais de 20% da força de trabalho empregada formalmente na indústria. No Rio de Janeiro, isso não acontece, com apenas 15% do emprego formal no setor secundário no ano 2000.

Nas metrópoles do Nordeste, o perfil é distinto: apenas Fortaleza aparece com mais de 20% do emprego formal na indústria. Recife e Natal aproximam-se desta cifra, mas Salvador, tal como o Rio de Janeiro, tem apenas cerca de 15% do emprego formal no setor secundário.

O perfil dos setores industriais onde se aloca essa mão de obra também difere bastante: no Sudeste, a não ser em Belo Horizonte, a proporção de empregados na construção civil fica inferior a 20% da mão de obra empregada na indústria. O perfil dos empregos no setor secundário é também específico, com concentração nos setores de metalurgia, material de transporte, indústria química e indústria têxtil, no caso de São Paulo; química e têxtil e serviços de utilidade pública, no caso do Rio de Janeiro e metalúrgica e produtos alimentícios, além da construção civil, para Belo Horizonte.

No Sul, chama a atenção a evolução da mão de obra formal em Curitiba: material de transporte, que empregava 6 mil pessoas em 1991, vai empregar 18 mil no ano 2000. A indústria de alimentos, com 13 mil, passa a 18 mil também, no ano 2000. As indústrias de material de transporte, químico-farmacêutica e produtos alimentícios agregam 30% dos empregos industriais. Já na RM de Porto Alegre, domina a indústria de calçados, com cerca de 25% do total de empregos. Nas duas metrópoles do Sul, o emprego formal na construção civil não alcança 20% no ano 2000.

As metrópoles do Nordeste, como já foi colocado, têm grande proporção de empregos na construção civil diferentemente das outras metrópoles. Em Salvador, o percentual chega a 43%, representando 44 mil empregos no ano 2000. Em 1991, o número absoluto era ainda maior, 47 mil postos de trabalho. Salvador e Recife apresentam, tal como o Rio de Janeiro, 10% dos empregos em serviços de utilidade pública. Além da construção civil, a indústria forte no Nordeste é a têxtil, a não ser em Salvador, onde sua representação é pequena.

Goiânia e Maringá também têm grande proporção de empregos na construção civil. Mas o resto de seu perfil industrial é distinto: em Maringá, nota-se a grande importância da indústria de alimentos, têxtil e de madeira e mobiliário. Em Goiânia, produtos alimentícios e têxteis.

Essas estruturas distintas do emprego formal e o perfil da economia de cada metrópole se refletirão na evolução das categorias sócio-ocupacionais.

Estrutura sócio-ocupacional nas Regiões Metropolitanas do Brasil, 1991 e 2000

Para análise comparativa, sintetizou-se a estrutura sócio-ocupacional urbana em quatro grandes grupos:

- categorias superiores, compreendendo os dirigentes, profissionais de nível superior e pequenos empregadores;
- categorias médias;
- categorias populares urbanas, com trabalhadores de terciário especializado, não especializado e secundários;
- agricultores.

Devido à impossibilidade de comparação das proporções tal como se apresentam nas tabelas, dado o conceito distinto utilizado nos Censos de 1991 e 2000 para a definição de ocupado, verificou-se apenas o incremento relativo, colocando-se como limiar a porcentagem de 20%. Assim, quando uma proporção aumentava ou diminuía mais que 20%, considerava-se relevante.

Estrutura sócio-ocupacional das metrópoles do Sudeste

Tabela 9 – Estrutura sócio-ocupacional das metrópoles do Sudeste, pelas 8 categorias e indicação de aumento/diminuição maior que 20% no período

Grandes categorias	Rio de Janeiro		São Paulo		Belo Horizonte	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Dirigentes	1,45	1,17	2,16	1,37	1,64	1,27
Profissionais nível superior	6,95	8,76	5,54	7,83	5,67	7,44
Pequenos empregadores	2,65	2,45	3,14	2,65	3,34	2,81
Categorias superiores	11,05	12,38	10,84	11,85	10,65	11,52
Categorias médias	30,36	27,78	32,03	28,15	29,01	26,13
Trabalhadores terciário especializado	16,68	20,72	15,19	19,34	15,48	19,05
Trabalhadores secundário	22,44	20,18	27,35	24,01	25,03	23,60
Trabalhadores terciário não especializado	18,43	18,39	13,71	16,16	18,33	18,55
Categorias populares urbanas	57,55	59,29	56,25	59,51	58,84	61,20
Agricultores	1,04	0,56	0,87	0,50	1,50	1,14

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000. Tabulações especiais Observatório das Metrópoles.

Em vermelho = aumento maior que 20%
Em verde = diminuição menor que 20%

Nota-se semelhança entre as distribuições sócio-ocupacionais nas metrópoles do Sudeste e sua dinâmica na década de 90:

- nas três, a proporção de categorias superiores situa-se em torno de 10% em 1991, aumentando em 2000;
- nas três, o peso dos dirigentes cai bastante entre 1991 e 2000; a maior queda se dá em São Paulo, onde a proporção era maior em 1991;
- nas três metrópoles, verifica-se nítido aumento dos profissionais de nível superior, maior que 20% no período;
- tanto no Rio, como em São Paulo e em Belo Horizonte, o maior peso entre as categorias sócio-ocupacionais encontra-se entre as categorias médias. Nas três metrópoles, essa proporção diminui em 2000, passando de porcentagem em torno de 30% para algo em volta de 27%;
- nas três metrópoles, a proporção de categorias populares urbanas aumentou, sobretudo devido ao aumento – superior a 20% – do terciário especializado. Na metrópole de São Paulo, notou-se também, e apenas nela, um incremento do terciário não especializado;

• nas três metrópoles, a proporção de agricultores é pequena, e está com diminuição relativa acentuada, maior que 20%.

Lembrando a Tabela 4, pode-se associar o enorme incremento do terciário não especializado na metrópole paulista ao grande aumento da estimativa de informalidade, 19% em 1991 e 35% no ano 2000. Foi São Paulo a metrópole que mais perdeu participação no emprego formal. E as três metrópoles tiveram forte queda nos empregos formais na indústria e grande incremento

relativo nos empregos formais em serviços, o que se refletirá no crescimento dos trabalhadores do terciário especializado, maior que 20% no período, e na queda dos trabalhadores do secundário. Percebe-se nas metrópoles do Sudeste:

- forte profissionalização;
- ligeira queda das categorias médias, de pátamar maior que 30% para valores mais próximos de 27%;
- aumento de terciário especializado;
- diminuição dos agricultores.

Estrutura sócio-ocupacional das metrópoles do Sul

Tabela 10 – Estrutura sócio-ocupacional das metrópoles do Sul, pelas 8 categorias e indicação de aumento/diminuição maior que 20% no período

Grandes categorias	Porto Alegre		Curitiba	
	1991	2000	1991	2000
Dirigentes	1,48	1,41	1,72	1,44
Profissionais nível superior	5,87	7,59	5,99	7,55
Pequenos empregadores	3,48	3,23	3,36	3,27
Categorias superiores	10,83	12,23	11,07	14,46
Categorias médias	29,50	26,94	28,39	27,28
Trabalhadores terciário especializado	14,90	17,42	15,22	18,15
Trabalhadores do secundário	29,23	27,35	26,10	25,13
Trabalhadores terciário não especializado	14,04	14,70	14,75	14,29
Categorias populares urbanas	58,17	59,47	56,07	57,57
Agricultores	1,50	1,35	4,47	2,68

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000. Tabulações especiais Observatório das Metrópoles.

Em vermelho = aumento maior que 20%

Em verde = diminuição menor que 20%

Em relação às metrópoles do Sul, pode-se notar:

- tal como entre as metrópoles do Sudeste, há um aumento das categorias superiores, sobretudo devido a um forte incremento nos profissionais de nível superior;
- percebe-se perda dos dirigentes, mas menos acentuada que entre as metrópoles do Sudeste;
- embora perceba-se pequeno aumento das categorias populares urbanas nas duas metrópoles, o incremento entre os trabalhadores terciários especializados é menor que entre as metrópoles do Sudeste;
- de outro lado, o peso dos trabalhadores do secundário em Curitiba e em Porto Alegre é maior que nas metrópoles do Sudeste;
- tal como nas metrópoles do Sudeste, há perda de trabalhadores do secundário, mas menos acentuada.
- em Curitiba, em 1991, a proporção de agricultores era considerável; quase 5% dos ocupados. Ela decresce fortemente em 2000, indo para 2,7% dos ocupados.

Assim, sintetizando as mudanças na estrutura sócio-ocupacional do Sul, nota-se que:

- há maior estabilidade na estrutura das metrópoles no Sul que nas metrópoles do Sudeste;
- o peso dos trabalhadores industriais é maior no Sul que no Sudeste;
- percebe-se também uma profissionalização tanto em Curitiba como em Porto Alegre;
- há diminuição dos agricultores, mais forte em Curitiba;
- as categorias médias caem, de quase 30% para proporção mais próxima a 25%.

Os empregos formais cresceram nas metrópoles do Sul, diferentemente de São Paulo e Rio de Janeiro. Em Curitiba, o saldo de empregos formais entre 1991 e 2000 foi alto, de mais de 200 mil postos de trabalho. As estimativas de informalidade, embora aumentando no período, cresceram muito pouco. Em Porto Alegre, o peso dos empregos industriais formais caiu minimamente, de 29,84% para 28,15%; já em Curitiba a queda dos empregos formais industriais foi grande, de mais de 11 pontos percentuais. Essa queda nos empregos formais do secundário não se reflete na proporção de trabalhadores do secundário de 2000 em Curitiba, que ficou bem próxima da de 1991.

Estrutura sócio-ocupacional das metrópoles do Nordeste

Tabela 11 – Estrutura sócio-ocupacional das metrópoles do Nordeste, pelas 8 categorias e indicação de aumento/diminuição maior que 20% no período

Grandes categorias	Fortaleza		Natal		Recife		Salvador	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Dirigentes	0,79	1,10	0,90	1,21	0,40	1,21	0,48	0,40
Profissionais superiores	3,87	5,78	6,11	7,08	5,66	6,91	1,41	2,74
Pequenos empregadores	2,62	1,94	2,21	2,47	2,56	2,21	1,75	2,96
Categorias superiores	7,28	8,82	9,22	10,76	8,62	10,33	3,64	5,10
Categorias médias	23,18	22,89	26,06	25,39	26,61	26,43	18,67	19,83
Trabalhadores terciário especializado	15,77	20,89	16,87	20,23	16,44	21,54	15,87	20,51
Trabalhadores secundário	27,17	24,71	22,69	21,70	20,97	19,89	34,84	28,49
Trabalhadores terciário não especializado	19,43	19,41	18,43	17,26	19,88	20,04	20,86	21,05
Categorias populares urbanas	62,37	65,01	57,99	59,19	57,29	61,47	71,57	70,05
Agricultores	7,18	3,27	6,74	4,65	3,45	1,77	6,08	4,41

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000. Tabulações especiais Observatório das Metrópoles.

Em vermelho = aumento maior que 20%

Em verde = diminuição menor que 20%

As estruturas sócio-ocupacionais das metrópoles nordestinas têm mais em comum entre si que em relação às metrópoles do Sudeste e do Sul:

- apenas em Natal não houve aumento maior que 20% nas categorias superiores, embora mesmo em Natal observa-se incremento nesta proporção. A proporção de ocupados pertencentes às categorias superiores era bem menor em 1991 que nas metrópoles do Sudeste e Sul, e mesmo em 2000 continua menor: no Sudeste e no Sul, em 1991, a proporção de ocupados das categorias superiores ficava em torno de 11%, e em 2000, de 12%; já nas metrópoles do Nordeste, em 1991, Fortaleza, Natal e Recife apresentavam proporções entre 7 a 9%, e

Salvador apenas de 3,6%, que sobe para 5% em 2000; de outro lado, o peso dos agricultores em Fortaleza, Natal e Salvador em 1991 alcançava mais de 6%; além disso, nas metrópoles do Nordeste há ganho entre os dirigentes, o que não acontece no Sudeste e no Sul;

- no ano 2000, há uma aumento das categorias populares urbanas em todas as quatro metrópoles nordestinas estudadas, assim como uma redução das camadas médias, com exceção de Salvador;
- a dinâmica 1991-2000 apresenta semelhanças: todas as metrópoles do Nordeste apresentam ganho significativo de trabalhadores do terciário especializado e perda importante dos agricultores;

- em relação às categorias superiores, a evolução das metrópoles do Nordeste não é uniforme: Fortaleza, Natal e Recife mostram ganho significativo de dirigentes, o que não acontece em Salvador; de outro lado, Fortaleza, Recife e Salvador mostram crescente profissionalização, o que não sucede em Natal. Fortaleza é a única metrópole que demonstra perda de pequenos empregadores e Salvador, ganho destes pequenos empregadores.

Nas metrópoles do Nordeste, há ganho absoluto de empregos formais no período 1991-2000, com taxas anuais de quase 2% ao ano em Fortaleza e Salvador. Apesar disso, há forte aumento da informalidade nestas metrópoles, com taxas maiores que 40% de trabalho informal (menos Salvador, com 37%). Percebe-se assim nas metrópoles do Nordeste:

- aumento significativo dos dirigentes, diferentemente das metrópoles do Sul e do Sudeste. A proporção é bem menor que nas outras metrópoles, mas o incremento é significativo;
- profissionalização, com aumento da proporção dos profissionais de nível superior. No

Nordeste, a porcentagem de ocupados classificados como profissionais de nível superior é menor que no Sul (cerca de 7%) e no Sudeste (cerca de 7,5%). Em Salvador, a porcentagem não atinge 3%;

- aumento das categorias superiores como um todo;
- a proporção de trabalhadores do terciário especializado em 2000 alcança mais de 20% dos ocupados em todas as quatro metrópoles; no Sul, era cerca de 17% e no Sudeste, 19%. Mas, tal qual nas outras regiões, entre 1991 e 2000 essa proporção aumentou significativamente;
- a proporção de trabalhadores do secundário é alta em Fortaleza e em Salvador, tal como em Curitiba e em Porto Alegre. No Recife e em Natal, ela é bem menor, perto dos 20%;
- as categorias médias representam menos de 20% em Salvador, 23% em Fortaleza e em torno de 25% no Recife e em Natal. Nas metrópoles do Sudeste e do Sul, as proporções são maiores, cerca de 27%.

Estrutura sócio-ocupacional das metrópoles das áreas de expansão

Tabela 12 – Estrutura sócio-ocupacional das metrópoles das áreas de expansão, pelas 8 categorias e indicação de aumento/diminuição maior que 20% no período

Grandes categorias	Maringá		Goiânia	
	1991	2000	1991	2000
Dirigentes	1,75	1,25	1,45	1,62
Profissionais nível superior	4,00	5,39	5,37	6,53
Pequenos empregadores	5,32	4,16	4,05	3,44
Categorias superiores	11,07	10,80	10,87	11,58
Categorias médias	21,37	20,90	27,77	24,52
Trabalhadores terciário especializado	13,79	17,15	17,48	18,98
Trabalhadores do secundário	25,23	26,53	24,49	24,79
Trabalhadores terciário não especializado	16,71	16,42	17,49	18,10
Categorias populares urbanas	55,73	60,10	59,46	61,86
Agricultores	11,82	8,20	1,89	2,03

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000. Tabulações especiais Observatório das Metrópoles.

Em vermelho = aumento maior que 20%

Em verde = diminuição menor que 20%

Maringá e Goiânia apresentam taxas anuais de crescimento populacional maiores que 2% no período 1991-2000. Foram chamadas de expansão porque são as únicas, entre todas as metrópoles estudadas, com taxa anual de crescimento do emprego formal maiores que 3,5% ao ano (Maringá com 4,12% anuais e Goiânia com 3,55 ao ano). As duas aglomerações apresentavam alta informalidade em 1991 – Maringá com mais de 60% e Goiânia com pouco mais de 40%. Essa informalidade caiu em Maringá e subiu ligeiramente em Goiânia.

Como já foi dito, o perfil dos empregos formais nas duas metrópoles de expansão é bem diverso: Goiânia tem pouco mais de 20%

de empregos formais na indústria, enquanto em Maringá essa proporção chega a 31%. De outro lado, o setor serviços aparece com forte percentual em Goiânia, com 61,5% dos empregos formais em 2000, enquanto em Maringá atinge 42% dos empregos formais.

A estrutura sócio-ocupacional também difere, com a proporção de categorias médias em Goiânia bem superior à de Maringá. O percentual de agricultores de Maringá era bastante alto em 1991 e continua alto em 2000, embora com redução significativa.

A única comunalidade entre as duas aglomerações é o forte aumento de profissionais de nível superior.

Considerações finais sobre a estrutura socioespacial e sua dinâmica

Todas as metrópoles estudadas tiveram crescimento demográfico maior na periferia que no núcleo e muitas apresentam esvaziamento populacional e funcional das áreas centrais mais consolidadas. Não raro, o movimento geral em direção a uma urbanização mais dispersa tem forte impacto sobre o meio ambiente.

Embora as metrópoles apresentem especificidades, há certa semelhança nas suas estruturas: no ano 2000, em todas predominam os ocupados nas ocupações médias, a participação das categorias superiores é reduzida, assim como a dos agricultores. A comparação de 1991 com 2000 mostra a perda de agricultores, a perda de trabalhadores industriais, o ganho de trabalhadores de serviços e a maior profissionalização com o aumento dos trabalhadores de nível superior.

Surgem algumas diferenças na dinâmica sócio-ocupacional entre o Sudeste e o Nordeste:

- no Sudeste, é nítida a perda de dirigentes, enquanto no Nordeste percebe-se um ganho nas categorias superiores e um ganho entre os dirigentes;
- no Sudeste, percebe-se perda considerável nas categorias médias, enquanto no Nordeste há ganho em Salvador e perdas muito tênues em Natal, Fortaleza e Recife;
- em São Paulo, houve aumento significativo dos trabalhadores do terciário não especializado; no Rio, praticamente a proporção destes trabalhadores se manteve. Tanto em Belo Horizonte como nas metrópoles do Nordeste a proporção dos não especializados diminui entre 1991 e 2000.

O único local onde algo semelhante à tendência descrita por Sassen se manifestou, com aumento das categorias superiores e inferiores e perda das médias, foi na metrópole paulista. Mesmo assim, a proporção que aumentou entre as categorias superiores não foi a dos dirigentes, mas a hierarquicamente inferior – a dos profissionais de nível superior. Mas em São Paulo existirá um certo achatamento das categorias médias e aumento das populares urbanas, sobretudo devido ao aumento dos trabalhadores do terciário não especializado compensando a diminuição dos trabalhadores do secundário. Nas outras duas metrópoles do Sudeste, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, não se verificou aumento do terciário não especializado. Nas metrópoles do Nordeste, percebeu-se aumento das categorias superiores, tanto dirigentes como profissionais de nível superior e manutenção da proporção do terciário não especializado.

Perfil de algumas categorias sócio-ocupacionais

A questão básica à qual este item pretende responder liga-se às características dos componentes das categorias sócio-ocupacionais em cada grande região brasileira. Através de alguns indicadores demográficos, socioeconômicos e da moradia, pretende-se comparar perfis das diversas categorias sócio-ocupacionais nas distintas metrópoles, respondendo a questões como:

- quem são os componentes da elite? Serão eles distintos nas metrópoles do Sudeste e do Nordeste? Esta elite vem se modificando no tempo?

- quais as características das categorias médias nas diferentes metrópoles e nas distintas datas?
- qual o peso de cada categoria ocupacional nos trabalhadores manuais urbanos de cada tipo de metrópole? Quem são estes trabalhadores manuais urbanos e suas características se mantiveram na década?

Para embasar essas questões, utilizaram-se alguns indicadores fornecidos pelos

Censos Demográficos de 1991 e 2000, relacionadas à demografia, renda, trabalho, educação e moradia. Algumas metrópoles não tiveram tempo hábil para o detalhamento desses indicadores. Assim, esta parte do texto reunirá informações de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Natal, Recife, Fortaleza e Salvador.

Perfil das categorias superiores

a) dirigentes

Quadro 2 – Indicadores para os dirigentes nas metrópoles do Sudeste

Indicadores sintéticos	São Paulo		Rio de Janeiro		Belo Horizonte	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Demografia						
– % homens	82,51	68,26	82,1	67,6	82,21	67,86
– % 65 anos e mais	3,54	4,39	4,4	6,1	3,48	4,28
– % brancos	85,68	87,78	86,5	84,3	81,69	81,35
– % nascidos no estrangeiro	22,84	30,79	–	–	1,56	1,33
– % migrantes há menos de 5 anos no Estado	5,99	6,24	5,5	2,9	13,92	13,89
– tempo médio dos migrantes no Estado	5,11	5,09	–	–	4,92	5,37
Renda						
– média renda domiciliar sm	26,68	22,03	–	55,83	25,56	28,80
– média renda <i>per capita</i> sm	8,55	13,93	–	–	7,99	11,78
Trabalho						
– % de contribuintes à previdência	87,38	100,00	–	39,3	89,88	51,38
– % de conta própria sem previdência	–	–	0,00	0,1	0,00	0,00
Educação						
– média de anos de estudo entre os que estudaram	11,86	13,14	12,0	13,3	11,96	13,10
Moradia						
– % apartamentos	40,39	49,84	62,3	59,7	51,12	56,04
– % casas com saneamento escoado	93,97	97,18	90,3	95,7	92,47	95,66
– média de banheiros	2,58	2,72	–	–	2,87	2,89

Fonte: Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Há inúmeras comunalidades entre os integrantes dos dirigentes nas metrópoles do Sudeste:

- os homens são predominantemente, cerca de 80% em 1991, com entrada de mulheres em 2000, quando a proporção masculina desce para cerca de 67% nas três metrópoles;
- a proporção de pessoas com 65 anos e mais é equivalente em São Paulo e Belo Horizonte (perto de 3,5% em 1991 e 4,3% no ano 2000) e mais elevada no Rio de Janeiro, onde chega a 6% em 2000;
- a elite é predominantemente branca nas três metrópoles, com menor intensidade em Belo Horizonte
- a grande diferença se encontrou na proporção de nascidos no estrangeiro, mais que 20% em São Paulo em 1991 e subindo para 31% no ano 2000. Em Belo Horizonte, essa proporção é ínfima, de pouco mais de 1%. A presença de tantos nascidos em outros países na elite da maior metrópole brasileira, numa época em que a migração internacional é pequena, pode refletir a presença de altos executivos de multinacionais sediados na

metrópole paulista, local preferencial da sede de grandes corporações;

- em relação à migração, em Belo Horizonte há migrantes mais recentes. Mas isso não se reflete num tempo médio menor dos migrantes no Estado, perto de 5 anos para as elites nas metrópoles do Sudeste;
- a renda média domiciliar da elite no Rio de Janeiro é quase o dobro que em São Paulo e Belo Horizonte, o que é, no mínimo, estranho... Pode ter havido algum erro no cômputo dessa renda domiciliar carioca. As rendas domiciliares e *per capita* de São Paulo e Belo Horizonte se aproximam, com a domiciliar com cerca de 25 salários mínimos. Mas nota-se que em Belo Horizonte ela sobre entre 1991 e 2000, enquanto a de São Paulo diminui;
- a média de anos de estudo é semelhante nas três metrópoles, cerca de 12 anos, com tendência a aumentar em 2000;
- a verticalização da moradia é maior no Rio de Janeiro, onde acontece o inverso das outras metrópoles: nessas outras, a proporção das elites morando em apartamentos aumenta entre 1991 e 2000. No Rio, ela diminui.

Quadro 3 – Indicadores para os dirigentes nas metrópoles do Sul

Indicadores sintéticos	Curitiba		Porto Alegre	
	1991	2000	1991	2000
Demografia				
– % homens	80,8	67,8	81,43	64,42
– % 65 anos e mais	3,8	4,1	3,19	3,41
– % brancos	94,3	94,2	96,67	96,68
– % nascidos no estrangeiro	9,33	9,30	3,22	1,30
– % migrantes há menos de 5 anos no Estado	9,59	8,90	2,07	5,02
– tempo médio dos migrantes no Estado	4,87	5,00	5,11	4,52
Renda				
– média renda domiciliar sm	24,9	19,9	22,63	27,57
– média renda <i>per capita</i> sm	7,6	10,7	7,6	11,52
Trabalho				
– % de contribuintes à previdência	87,0	82,3	87,18	74,76
– % de conta própria sem previdência	–	–	0,00	0,00
Educação				
– média de anos de estudo entre os que estudaram	11,7	13,0	11,47	12,93
Moradia				
– % apartamentos	38,2	48,5	45,23	48,56
– % casas com saneamento escoado	85,1	92,6	89,19	98,32
– média de banheiros	2,8	2,7	2,41	2,31

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Observando-se alguns indicadores para as duas metrópoles do Sul, temos:

- a proporção de dirigentes do sexo masculino é equivalente à das metrópoles do Sudeste, assim como a tendência da diminuição dessa proporção em 2000. Aliás, em 2000 a proporção de homens entre dirigentes do Sul assemelha-se à dos dirigentes do Sudeste;
- a proporção de pessoas com 65 anos e mais também se assemelha à do Sudeste; é mais elevada em Curitiba no ano 2000 que em Porto Alegre;
- a elite é quase totalmente branca, e os percentuais de brancos são ainda superiores aos das metrópoles do Sudeste;
- em Porto Alegre, a proporção de nascidos no estrangeiro é mínima, como em Belo Horizonte; já em Curitiba essa proporção atinge mais de 9% dos dirigentes. É alta, embora bem menor que a de São Paulo. Mas atesta a presença de migração de executivos para a metrópole;
- em relação à migração, em Curitiba há mais migrantes recentes. Em Porto Alegre, a situação migratória parece a de São Paulo: os tempos médios dos migrantes no Estado, em volta de 5 anos, são iguais aos do Sudeste;
- a renda domiciliar média é um pouco menor que a das metrópoles do Sudeste. Em Curitiba, a dinâmica é como a paulista, com a renda média de 2000 menor que a de 1991. Em Porto

Alegre, como em Belo Horizonte, deu-se o fenômeno inverso. As rendas *per capita* aumentam, o que indica tamanho menor de família, tal como no Sudeste;

- a média de anos de estudo aumenta e tem a mesma grandeza que nas metrópoles do Sudeste;

- tanto em Curitiba como em Porto Alegre a elite ainda mora em casas: a verticalização de Curitiba aumenta, mas não atinge 50%. Porto Alegre tem uma elite mais verticalizada, mas em proporção menor que o Rio de Janeiro.

Quadro 4 – Indicadores para os dirigentes nas metrópoles do Nordeste

Indicadores sintéticos	Fortaleza		Natal		Recife		Salvador	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Demografia								
– % homens	79,31	82,59	82,59	60,76	80,45	61,01	80,71	63,07
– % 65 anos e mais	3,95	4,22	4,22	1,55	3,73	4,05	3,17	3,93
– % brancos	58,69	68,01	68,01	67,68	71,46	72,48	65,04	61,74
– % nascidos no estrangeiro	1,20	0,00	0,00	0,61	3,67	2,45	–	11,66
– % migrantes há menos de 5 anos no Estado	7,21	12,57	12,57	6,79	7,11	5,20	–	5,51
– tempo médio dos migrantes no Estado	33,07*	10,2	10,2	17,85	1,79	2,40	–	6,06
Renda								
– média renda domiciliar sm	30,80	24,56	24,56	29,35	75,41*	21,94	–	57,25*
– média renda <i>per capita</i> sm	7,28	4,45	4,45	9,08	19,28	3,45	–	16,09
Trabalho								
– % de contribuintes à previdência	78,38	76,52	76,52	61,11	80,81	46,02	85,20	82,52
– % de conta própria sem previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação								
– média de anos de estudo entre os que estudaram	9,76	11,91	11,91	13,34	23,91*	12,88	12,16	13,50
Moradia								
– % apartamentos	43,25	23,64	23,64	19,46	58,03	62,00	64,25	70,67
– % casas com saneamento escoado	40,92	33,60	33,60	92,34	68,12	83,18	96,95	89,44
– média de banheiros	2,62	3,03	3,03	2,91	5,48	2,72	2,81	2,93

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000.

- Os valores marcados com * devem ter algum problema, estão muito fora do esperado. Assim, não entrarão para a análise.

Percebe-se que:

- nas metrópoles do Nordeste, a tendência ao aumento da proporção de mulheres entre os dirigentes é semelhante ao Sudeste e ao Sul, com porcentagem por volta de 80% em 1991 e 60% no ano 2000;
- a proporção de pessoas com 65 anos e mais fica em torno de 4%, aumentando ligeiramente

no ano 2000. Nesse item, também não se percebe diferença entre as elites nordestinas e as do Sul-Sudeste;

- o percentual de brancos entre os membros da elite é bem menor no Nordeste, com menos de 70% em Natal e Fortaleza, pouco mais de 70% em Recife e 60% em Salvador. No Sul, essa elite era quase que totalmente branca,

e no Sudeste, essa proporção atingia mais de 80% em Belo Horizonte e quase 90% no Rio e em São Paulo. Percebe-se a existência de proporção significativa de não brancos na elite do Nordeste;

- a proporção de nascidos no estrangeiro entre a elite nordestina é ínfima, mesmo no Recife, onde atinge um pouco mais (3,7% em 1991). As únicas metrópoles com alta proporção de nascidos no estrangeiro são Curitiba e São Paulo. No Nordeste, a elite é basicamente nacional, a não ser em Salvador, onde 12% dos dirigentes em 2000 nasceram no estrangeiro;
- percebe-se nas metrópoles nordestinas que parcela considerável da elite é migrante recente: em Natal, em 1991, mais de 12% estava na cidade há menos de 5 anos. Mesmo em Fortaleza a proporção de 7% dos membros da elite há menos de 5 anos no Estado, assim como no Recife, mostra uma elite que chegou há menos

tempo que no Sul ou no Sudeste, com exceção de Belo Horizonte;

- a comparação com a renda média domiciliar foi prejudicada pela constatação que alguns valores podem estar superdimensionados. Mas aparentemente em Fortaleza e em Natal atinge valores maiores que no Sul e no Sudeste. Uma hipótese é de que altos executivos migrantes internos exijam salários e bonificações altas para fixarem residência no Nordeste;
- a tendência ao aumento da média de anos de estudo se mantém;
- outra grande diferença entre a elite do Nordeste e a do Sul Sudeste diz respeito às condições de moradia: a não ser o Recife e em Salvador, a verticalização é baixa. Em 1991, o saneamento básico era precário, melhorando em todas as metrópoles nordestinas no ano 2000. E o número de banheiros por domicílio é também alto, tal qual as casas da elite no Sul e no Sudeste.

b) profissionais de nível superior

Quadro 5 – Indicadores para os profissionais de nível superior nas metrópoles do Sudeste

Indicadores sintéticos	São Paulo		Rio de Janeiro		Belo Horizonte	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Demografia						
– % homens	51,48	48,77	50,8	49,8	67,99	58,83
– % 65 anos e mais	1,72	2,00	2,4	3,1	2,09	2,98
– % brancos	86,21	83,48	82,7	79,9	69,15	74,55
– % nascidos no estrangeiro	8,20	12,97	–	–	1,04	0,65
– % migrantes há menos de 5 anos no Estado	6,81	8,07	2,6	2,8	6,73	4,31
– tempo médio dos migrantes no Estado	5,09	5,03	–	–	4,79	5,09
Renda						
– média renda domiciliar sm	22,27	19,66	21,14	30,62	15,83	22,22
– média renda <i>per capita</i> sm	7,72	10,05	–	–	4,96	8,30
Trabalho						
– % de contribuintes à previdência	82,65	68,12	78,1	63,1	78,34	60,97
– % de conta própria sem previdência	28,65	40,38	6,0	11,1	34,00	54,38
Educação						
– média de anos de estudo entre os que estudaram	14,87	14,33	15,0	14,6	11,03	12,46
Moradia						
– % apartamentos	38,42	42,77	64,1	60,7	51,12	48,88
– % casas com saneamento escoado	95,38	96,91	93,9	96,8	87,88	93,97
– média de banheiros	2,12	2,03	–	–	1,97	2,17

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Analisando o Quadro 5, que se refere aos profissionais de nível superior das metrópoles do Sudeste, e comparando os indicadores aos dos dirigentes, tem-se:

- a razão de sexo entre os profissionais de nível superior é distinta da razão de sexo entre os dirigentes, com maior proporção de mulheres nas três metrópoles, com tendência ao aumento do peso para o sexo feminino, como para os dirigentes. A ordem de grandeza dessa porcentagem é de 50% para o Rio de Janeiro e São Paulo, e 60% para Belo Horizonte;
- a proporção de pessoas com mais de 65 anos é menor que entre os dirigentes. No Rio

de Janeiro e em Belo Horizonte, está por volta de 3%; já em São Paulo situa-se em 2%. Entre os dirigentes, esse percentual era da ordem de 4,5%. Assim, os profissionais de nível superior são mais jovens que os dirigentes;

- a proporção de brancos é dominante entre os profissionais de nível superior das metrópoles no Sudeste, mas em nível inferior à dos dirigentes: entre esses, 85% eram brancos. Entre os profissionais de nível superior, apenas em São Paulo a proporção é equivalente. No Rio e em Belo Horizonte, a proporção desce para perto de 80%. Nas três metrópoles, ela é decrescente em 2000;

- São Paulo continua com proporção alta de nascidos no estrangeiro, 13% no ano 2000, mas muito menor que entre os dirigentes;
- a proporção de migrantes há menos de 5 anos no estado é alta em São Paulo, onde 8% dos profissionais de nível superior estão nesta condição no ano 2000. Para a mesma metrópole, entre os dirigentes a proporção era de 6%. Portanto da mesma ordem de grandeza. Em Belo Horizonte, as porcentagens são menores;
- a renda média domiciliar dos profissionais de nível superior de São Paulo e Belo Horizonte está em torno de 20 salários mínimos, subindo em Belo Horizonte e descendo em São Paulo no período estudado. No Rio, apresenta-se mais alta. Comparando essa renda média com a dos

dirigentes, observa-se que é mais baixa, já que a dos dirigentes apresentava média de 25 salários mínimos;

- percebe-se, nas três metrópoles, uma precarização das relações de trabalho: a proporção de contribuintes à previdência decresce nas três metrópoles, com decréscimo de 15 a 17 pontos percentuais;
- a média de anos de estudo é maior que entre os dirigentes em São Paulo e no Rio;
- a moradia é pouquíssimo menos verticalizada que entre os dirigentes. E a proporção dos moradores em apartamentos é maior no Rio. As condições sanitárias das moradias são boas, e a média de banheiros por domicílio é perto de dois, menor que entre os dirigentes, de 2,7.

Quadro 6 – Indicadores para os profissionais de nível superior nas metrópoles do Sul

Indicadores sintéticos	Curitiba		Porto Alegre	
	1991	2000	1991	2000
Demografia				
– % homens	51,4	47,8	44,91	44,61
– % 65 anos e mais	3,8	1,8	1,50	2,02
– % brancos	92,0	91,8	95,95	95,13
– % nascidos no estrangeiro	7,16	6,8	0,86	1,31
– % migrantes há menos de 5 anos no Estado	9,83	10,9	4,73	5,74
– tempo médio dos migrantes no Estado	4,95	5,0	4,62	4,80
Renda				
– média renda domiciliar sm	18,4	16,5	18,25	23,53
– média renda <i>per capita</i> sm	6,2	7,2	6,65	8,62
Trabalho				
– % de contribuintes à previdência	83,3	64,1	84,36	70,30
– % de conta própria sem previdência	39,5	50,6	33,29	42,05
Educação				
– média de anos de estudo entre os que estudaram	14,7	14,3	15,39	14,97
Moradia				
– % apartamentos	49,2	51,4	65,71	63,16
– % casas com saneamento escoado	89,9	95,8	92,85	98,16
– média de banheiros	2,2	2,0	1,91	1,76

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Caracterizando-se os profissionais de nível superior do Sul, percebe-se que:

- o perfil demográfico – proporção de homens e de idosos – é bastante semelhante entre si e com as metrópoles do Sudeste. Percebe-se também que os profissionais de nível superior têm maior proporção de mulheres e menor de pessoas mais velhas que os dirigentes;
- a proporção de brancos é alta, da ordem de 95% em Porto Alegre e 92% em Curitiba;
- praticamente não há estrangeiros em Porto Alegre, mas em Curitiba a proporção é significativa, como em São Paulo;
- a renda média dos profissionais de nível superiores estava em torno de 18 salários mínimos em 1991. Em Curitiba, desce no ano 2000, enquanto em Porto Alegre sobe para 23,5 salários mínimos. Nas metrópoles do Sudeste, essa renda média situava-se por volta de 20 salários

mínimos. Para o Sul, a renda média dos dirigentes foi de 23 salários mínimos;

- também é notável a precarização das relações de trabalho entre os profissionais de nível superior no Sul, cerca de 19 pontos percentuais em Curitiba e 15 em Porto Alegre. E a proporção dos que trabalham por conta própria e não têm previdência é de 50% em Curitiba e 42% em Porto Alegre, equivalente, assim, à proporção dos mineiros e paulistas;
- as condições sanitárias domiciliares são boas, e a média de banheiros por domicílio é perto de 2, inferior à média dos dirigentes. Em Porto Alegre, a verticalização das moradias é forte, com mais de 605 dos profissionais de nível superior residindo em apartamentos, mais que os dirigentes, ainda detentores de residências unifamiliares. Em Curitiba, a proporção era menor, mas também maior que a entre os dirigentes.

Quadro 7 – Indicadores para os profissionais de nível superior nas metrópoles do Nordeste

Indicadores sintéticos	Fortaleza		Natal		Recife		Salvador	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Demografia								
– % homens	47,09	46,56	44,51	45,70	46,36	45,76	46,14	45,57
– % 65 anos e mais	1,47	1,75	0,61	1,06	1,50	2,07	1,35	1,80
– % brancos	55,32	61,07	61,03	64,84	71,46	67,60	55,07	61,74
– % nascidos no estrangeiro	0,39	0,50	0,58	0,41	0,73	0,80	–	5,33
– % migrantes há menos de 5 anos no Estado	6,30	11,00	15,32	13,03	5,45	8,94	–	11,71
– tempo médio dos migrantes no Estado			14,3	16,09	3,18	2,50	–	4,66
Renda								
– média renda domiciliar sm	11,84	28,59	16,74	8,81	34,96	12,71	–	27,38
– média renda <i>per capita</i> sm	2,82	7,50	2,92	–	9,58	4,81	–	8,28
Trabalho								
– % de contribuintes à previdência	78,49	–	84,70	43,25	85,94	61,86	86,80	41,83
– % de conta própria sem previdência			55,01	62,77	–	–	52,85	54,25
Educação								
– média de anos de estudo entre os que estudaram	12,98	12,40	15,00	14,44	–	14,31	14,72	14,32
Moradia								
– % apartamentos	25,14	42,03	27,94	18,52	50,95	55,68	57,47	68,63
– % casas com saneamento escoado	34,60	83,68	25,86	88,80	67,81	82,55	97,77	89,06
– média de banheiros	1,97	2,02	2,4	2,46	4,25	2,23	2,25	2,32

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000.

- Os valores marcados com * devem ter algum problema, estão muito fora do esperado. Assim, não entrarão para a análise.

Comparando-se os Quadros 5, 6 e 7, tem-se que:

- as proporções de homens entre os profissionais de nível superior nas metrópoles do Sudeste, Sul e Nordeste são semelhantes, em torno de 45 a 50%, mantendo-se na década. Há bem mais mulheres entre esses profissionais que entre os dirigentes, em que a proporção variava em torno de 60 a 70%;
- a proporção de idosos é ligeiramente maior no Rio de Janeiro e em Curitiba. Nas outras metrópoles, quer do Sudeste quer do Sul ou do Nordeste, é pequena, em torno de 1 a 2%;
- em relação à cor da pele, os profissionais de nível superior do Nordeste apresentam menor proporção de brancos, cerca de 60%. Em Recife, essa porcentagem atinge quase 70%. Nas metrópoles do Sul, as proporções de brancos são altíssimas, de mais de 90%. No Sudeste, um pouco menores, da ordem de 80%. Mas deve ser notado que em todas as metrópoles essa proporção é menor entre os profissionais de nível superior que entre os dirigentes;
- não há estrangeiros no Nordeste, com exceção de Salvador, onde cerca de 55 dos

profissionais de nível superior nasceram fora do Brasil. Mas apresentam proporção significativa em São Paulo e Curitiba. São metrópoles industriais, com sedes de multinacionais. Mas mesmo em São Paulo, Curitiba e em Salvador, a proporção de nascidos no estrangeiro é maior entre os dirigentes;

- a renda média dos profissionais de nível superior parece ser maior no Sudeste que no Sul, e nestas duas regiões quando comparadas com o Nordeste. No Sudeste, a média ficou em torno de 20 salários mínimos; no Sul, em torno de 18 salários mínimos. E no Nordeste, embora alguns dados saiam da média, ela parece se situar por volta de 15 salários mínimos. De qualquer forma, há diferença significativa entre a renda média dos dirigentes e a dos profissionais de nível superior;
- a precarização das relações de trabalho ocorre em todas as metrópoles, do Sudeste, Sul e Nordeste. Em Natal e em Curitiba, ela é violenta, com queda na contribuição à Previdência de cerca de 40 e 20 pontos percentuais, respectivamente;

- a média de anos de estudo é semelhante em todas as metrópoles, muitas vezes maior que entre os dirigentes;
- as condições de moradia no Nordeste são distintas do Sudeste e Sul: menor verticalização, condições sanitárias precárias em 1991 e melhorando em 2000.

Resumindo, as categorias superiores possuem perfil demográfico bastante semelhante. Destaca-se a presença de estrangeiros em Curitiba, em São Paulo e, em proporção um pouco menor, em Salvador. Em relação à cor da pele, nas categorias superiores predominam os brancos, embora nas metrópoles nordestinas a proporção de não brancos seja mais elevada. As rendas médias se situam num intervalo entre 25 e 18 salários mínimos, sendo maior no Sudeste. As médias de anos de estudo variaram entre 12 e 15 anos. As relações de trabalho estavam se precarizando em todas as metrópoles na década de 1990. Além da cor e da renda, outra distinção entre categorias superiores no Sudeste, Sul e Nordeste diz respeito às condições de moradia.

Perfil das categoria médias

Quadro 8 – Indicadores para as categorias médias nas metrópoles do Sudeste e do Sul

Indicadores sintéticos	São Paulo		Rio de Janeiro		Belo Horizonte		Curitiba		Porto Alegre	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Demografia										
– % homens	58,35	53,10	60,2	55,4	56,09	52,12	58,6	53,9	58,36	53,84
– % 65 anos e mais	0,86	1,05	1,1	1,6	0,55	0,80	0,8	0,9	0,80	1,04
– % brancos	75,14	74,62	77,9	61,5	55,98	59,30	86,4	86,9	89,20	89,10
– % nascidos no estrangeiro	3,85	4,96	–	–	0,21	0,28	4,17	2,3	0,58	0,37
– % migrantes há menos de 5 anos no Estado	7,93	7,30	5,0	1,2	4,41	4,80	9,40	10,2	3,79	4,15
– tempo médio dos migrantes no Estado	5,08	5,71	–	–	4,98	5,17	4,66	5,0	4,98	4,93
Renda										
– média renda domiciliar sm	12,55	14,26	9,68	14,99	10,15	14,02	10,1	10,9	9,39	14,01
– média renda <i>per capita</i> sm	3,80	5,24	–	–	2,94	4,54	3,1	3,8	3,14	4,99
Trabalho										
– % de contribuintes à previdência	81,75	70,63	84,4	72,5	86,10	67,73	84,6	73,2	84,72	68,77
– % de conta própria sem previdência	42,35	57,91	–	–	35,40	61,21	49,6	62,7	41,71	54,48
Educação										
– média de anos de estudo entre os que estudaram	9,54	10,80	10,1	10,8	9,86	10,75	9,9	10,7	9,80	10,74
Moradia										
– % apartamentos	15,90	25,29	35,9	34,6	24,36	34,21	28,4	27,7	40,77	38,10
– % casas com saneamento escoado	88,1	93,62	84,9	91,9	83,83	89,72	76,7	90,3	79,66	94,63
– média de banheiros	1,43	1,57	–	–	1,48	1,57	1,5	1,5	1,25	1,32

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000.

As camadas médias das metrópoles do Sudeste e do Sul mostram semelhanças entre si, e diferenças em relação às camadas superiores:

- os ocupados das categorias médias já não são basicamente homens: em 2000, em todas as cinco metrópoles do Quadro 8 percebe-se que mais de 40% dos membros são do sexo feminino. São mais jovens que as categorias superiores;
- a proporção de brancos no Sudeste fica em torno de 75% e no Sul, de 87%. Pode-se dizer que o percentual de brancos nas camadas médias é superior ao do total da população das metrópoles, mas inferior ao das categorias superiores;

- a proporção de migrantes há menos de 5 anos no estado continua mais alta em São Paulo e em Curitiba, mas é menor nas categorias superiores. O mesmo se dá na proporção de nascidos no estrangeiro, significativa apenas para São Paulo e Curitiba, mas bem menor entre as categorias superiores;
- a renda média domiciliar é semelhante no ano 2000 em todas as metrópoles, cerca de 14 salários mínimos, bem menor que entre os dirigentes (25 s.m.) e entre os profissionais de nível superior (20 s.m.);
- a escolaridade média fica em pouco menos que 10 anos de estudo, para todas as metrópoles;

- entre as categorias médias também se verifica a precarização das relações de trabalho na década de 90, com perda de cerca de 15 pontos percentuais em quase todas as metrópoles do Sudeste e do Sul. E, entre os que trabalham por conta própria, grande proporção já não contribui para a previdência. Esta média era em torno de 40% em 1991, subindo para mais de 55% no ano 2000;
- as camadas médias são menos verticalizadas que as categorias superiores em todas as metrópoles do Sul e Sudeste. Sua maior proporção de verticalização vai ocorrer no Rio de Janeiro e

em Porto Alegre, com percentuais em torno de 35 a 38% morando em apartamentos. Em todas as metrópoles, as condições sanitárias domiciliares são corretas e melhoraram em 1991. A média de banheiros por domicílios é inferior à das categorias superiores;

- pode-se concluir que as categorias média das metrópoles do Sudeste e do Sul apresentam muita semelhança entre si, e diferem das categorias superiores em relação à cor, razão de sexo, renda, escolaridade, precarização maior das relações de trabalho, menor verticalização e menos banheiros por moradia.

Quadro 9 – Indicadores para as categorias médias nas metrópoles do Nordeste

Indicadores sintéticos	Fortaleza		Natal		Recife		Salvador	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Demografia								
– % homens	54,37	51,29	56,26	51,57	57,34	51,55	54,29	50,16
– % 65 anos e mais	0,79	0,79	0,79	0,77	1,06	1,04	0,76	0,97
– % brancos	40,09	48,02	47,05	52,92	43,78	50,62	26,00	31,41
– % nascidos no estrangeiro	0,14	0,50	0,20	0,11	0,21	0,24	–	3,05
– % migrantes há menos de 5 anos no Estado	4,35	4,83	10,60	10,89	3,89	4,21	–	7,82
– tempo médio dos migrantes no Estado	–	–	16,8	17,52	2,29	2,60	–	4,76
Renda								
– média renda domiciliar sm	–	14,52	7,98	7,21	16,48	20,96	–	13,05
– média renda <i>per capita</i> sm	–	3,59	1,56	3,41	4,39	4,08	–	3,63
Trabalho								
– % de contribuintes à previdência	72,44	–	75,28	36,30	78,92	55,52	81,82	62,68
– % de conta própria sem previdência	–	–	74,66	80,62	–	–	38,68	70,56
Educação								
– média de anos de estudo entre os que estudaram	8,66	9,52	9,99	10,52	19,73	10,64	9,84	10,69
Moradia								
– % apartamentos	16,04	19,29	10,28	19,93	28,30	29,8	22,72	46,05
– % casas com saneamento escoado	23,09	70,79	15,02	74,67	48,32	65,69	93,55	84,18
– média de banheiros	1,39	1,48	1,50	1,68	2,88	1,57	1,42	1,61

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000.

Observando-se o perfil das categorias médias do Nordeste, pode-se ver que:

- os ocupados das categorias médias apresentaram proporção de mulheres maior que entre as categorias superiores, cerca de 40%. Essa proporção cresceu entre 1991 e 2000. A razão de sexo entre os ocupados das categorias médias do Sul-Sudeste e do Nordeste é semelhante;
- a proporção de brancos entre as categorias médias do Nordeste fica entre 40 e 50%. Entre as categorias superiores era de 60%. Assim, têm em comum com as categorias médias do Sul-Sudeste a diminuição de brancos em relação às categorias superiores. Mas, comparando com as categorias médias do Sul-Sudeste, onde a porcentagem de brancos era da ordem de 75-85%, pode-se afirmar que os não brancos são mais presentes no Nordeste. A grande exceção é Salvador, com cerca de 30% de brancos no ano 2000. Salvador é a metrópole com maior proporção de não brancos tanto nas categorias superiores como nas médias;
- quase não há estrangeiros, e a proporção de migrantes há menos de 5 anos no estado é pequena no Recife e em Fortaleza, um pouco maior em Salvador, mas considerável em Natal, onde esse percentual atinge mais de 10%;
- a renda média domiciliar alcança 7 salários mínimos em Natal, mas chega a 14 em Fortaleza e em Salvador e a 20 no Recife. Assim, em Natal apresenta níveis inferiores aos do Sul-Sudeste, mas no Recife, Salvador e em Fortaleza têm níveis superiores;
- a escolaridade média fica em torno de 10 anos de estudo, tal como no Sul-Sudeste;
- a proporção de contribuintes à Previdência decresce entre 1991 e 2000, tal como no Sul-Sudeste. Atinge, em 2000, níveis bem inferiores, como 36% em Natal e 55% no Recife.

No Sul-Sudeste, os percentuais estão por volta de 70%;

- as categorias médias são menos verticalizadas que a superiores, com cerca de 20% morando em apartamentos em Natal e Fortaleza e 30% no Recife. No Sul-Sudeste, essa proporção alcançou 38%. Em todas as metrópoles nordestinas, as condições sanitárias melhoraram entre 1991 e 2000, mas são ainda bem inferiores às das camadas médias do Sul-Sudeste;
- pode-se concluir que as categorias médias do Nordeste apresentam muita semelhança entre si, tal como as do Sul-Sudeste. A única com diferença marcante é Salvador, com maior proporção de não brancos e maior verticalização. E, em relação a essas, apresentam poucas diferenças: têm maior proporção de não brancos e moram com condições sanitárias piores. A renda parece ser menor em Natal, mas os dados de Recife e Fortaleza desmentem essas ideias, mostrando renda maior.

Perfil das categorias populares urbanas

a) Trabalhadores do secundário

Dado que o perfil do emprego formal difere entre as metrópoles do Sul – onde a proporção de empregos formais na indústria é maior; no Sudeste – onde apenas São Paulo possui mais de 25% de sua força de trabalho formal alocada na indústria; e no Nordeste, onde Salvador, Recife e Natal apresentam menos de 20% dos empregos formais na indústria, enquanto Fortaleza surge como “polo industrial nordestino”, com mais de 26% dos empregos formais neste setor da economia – verificou-se a proporção da população ocupada como trabalhadores do

Tabela 11 – Proporção de trabalhadores do secundário no total dos ocupados das categorias urbanas populares, diversas metrópoles, 2000

Metrópole	% dos trabalhadores do secundário
Porto Alegre	61,08
Curitiba	58,06
São Paulo	40,35
Belo Horizonte	38,56
Fortaleza	38,01
Natal	36,66
Rio de Janeiro	34,03
Recife	32,36
Salvador	31,89

Fonte: IBGE:Censo de 2000.

secundário nas diversas metrópoles, o que indicaria composição distinta entre trabalhadores do terciário especializado e não especializado e trabalhadores do secundário nas aglomerações brasileiras estudadas.

Observa-se que o peso dos ocupados no secundário é bastante diverso nas diferentes metrópoles, indo de percentuais elevados entre as categorias populares urbanas, como nas metrópoles do Sul, onde agrega cerca de 60% desta categoria, passando por São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza, com percentual aproximado de 40%, Rio de Janeiro e Natal, com 35%, e Recife e Salvador, com cerca de 30%. São quatro perfis de metrópole em relação ao peso do secundário entre as categorias urbanas populares.

Mas vão existir diferenças dentro desses perfis. As metrópoles do Sul, onde a proporção de trabalhadores do secundário é alta, de aproximadamente 60%, mostram uma distribuição destes trabalhadores entre os diversos segmentos do secundário. Pela Tabela 12, nota-se que em Curitiba os trabalhadores da

indústria tradicional representam apenas 16% dos trabalhadores do secundário. O maior percentual encontra-se entre os trabalhadores da construção civil. Já em Porto Alegre, a indústria tradicional aparece com força, com 32,53% dos operários. O polo calçadista tem presença indiscutível. Aliás, outra metrópole onde a indústria tradicional lidera o percentual de trabalhadores é Fortaleza. Nota-se que o chamado perfil 2, com aproximadamente 40% das categorias populares urbanas no secundário, é bastante diverso: em São Paulo, a indústria moderna aparece como grande empregadora, com quase 30% dos trabalhadores do secundário; já em Fortaleza, esse papel é desempenhado pela indústria tradicional e em Belo Horizonte pela construção civil. Nas outras metrópoles, tanto do perfil 3 (35% de trabalhadores das categorias populares urbanas no secundário) como do perfil 4 (apenas 30% no secundário) a construção civil é, indiscutivelmente, a grande empregadora entre os trabalhadores do secundário. Se a análise for feita por grande região, o Rio de Janeiro apresenta

um perfil nordestino, enquanto Fortaleza foge a este perfil. Chama a atenção que em

Salvador a construção civil empregue mais de 40% do total de trabalhadores do secundário.

Tabela 12 – Composição dos trabalhadores do secundário, metrópoles dos perfis 1 e 2, em %

Categoria sócio-ocupacional	Curitiba	Porto Alegre	São Paulo	Belo Horizonte	Fortaleza
Indústria moderna	24,20	23,26	29,59	23,89	15,06
Indústria tradicional	16,00	32,53	19,11	17,84	37,75
Serviços auxiliares	26,00	17,90	24,96	22,71	18,79
Construção civil	32,80	26,31	26,34	35,57	28,40
Total secundário	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE: Censo de 2000.

Tabela 13 – Composição dos trabalhadores do secundário, metrópoles com perfis 3 e 4, em %

Categoria sócio-ocupacional	Rio de Janeiro	Natal	Recife	Salvador
Indústria moderna	19,34	17,45	21,03	21,03
Indústria tradicional	19,35	26,27	20,43	16,34
Serviços auxiliares	25,21	24,19	25,89	21,46
Construção civil	36,10	32,08	32,64	41,17
Total secundário	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: IBGE: Censo de 2000.

Resumindo, há duas metrópoles com grande peso de ocupação na indústria tradicional – Porto Alegre e Fortaleza, com Natal surgindo como possível centro da indústria tradicional, com 26% dos ocupados do secundário. Apenas uma com

peso relativo maior na indústria moderna – São Paulo, embora Curitiba e Belo Horizonte já apareçam com peso relativo digno de nota neste item.

Resta saber o perfil destes trabalhadores do secundário.

Quadro 10 – Perfil dos trabalhadores do secundário nas metrópoles mais industrializadas (perfis 1 e 2)

Indicadores sintéticos	Curitiba		Porto Alegre		São Paulo		Belo Horizonte		Fortaleza	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Demografia										
– % homens	86,6	87,8	78,12	80,46	81,05	84,12	74,50	75,17	72,38	73,45
– % 65 anos e mais	1,0	1,2	1,55	1,17	1,22	1,36	1,17	1,32	1,22	1,27
– % brancos	75,3	76,4	73,84	84,56	59,42	56,88	34,69	38,71	23,60	31,58
– % migrantes há menos de 5 anos no Estado	6,10	7,10	3,17	2,49	12,65	10,22	3,57	3,38	4,98	3,30
– tempo médio dos migrantes no Estado	4,80	5,10	4,94	5,66	4,84	5,81	4,90	5,59	–	–
Renda										
– média renda domiciliar SM	5,6	6,3	4,91	6,88	7,69	8,50	4,90	6,95	2,78	8,15
– média renda <i>per capita</i> SM	1,4	1,7	1,39	2,10	2,06	2,18	1,19	1,91	0,64	1,95
Trabalho										
– % de contribuintes à previdência	67,0	56,7	76,70	64,23	65,80	50,17	80,76*	–	49,86	43,28
– % de conta própria sem previdência	67,2	84,6	52,99	71,13	59,06	77,77	31,53	71,24	–	–
Educação										
– média de anos de estudo entre os que estudaram	5,5	6,6	5,36	6,36	5,68	6,72	5,41	6,47	3,95	5,41
Moradia										
– % apartamentos	5,2	3,9	7,72	5,79	3,31	8,14	3,03	7,96	2,57	4,02
– % casas com saneamento escoado	47,5	74,8	57,91	83,46	72,66	92,48	62,25	76,35	11,46	53,40
– média de banheiros	1,1	1,2	0,90	1,05	1,11	1,22	1,02	1,14	0,89	0,95

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000.

* estimativa superdimensionada.

As características dos trabalhadores do secundário nas metrópoles mais industrializadas mostram muitas semelhanças:

- em todas as cinco metrópoles a proporção de homens entre os trabalhadores do secundário era maior que a média da metrópole, e maior que entre profissionais de nível superior e categorias médias. É provável que os operários da construção civil, majoritariamente masculinos, estejam afetando esse número;
- em todas as metrópoles o percentual de idosos é mínimo;
- em relação à cor, os brancos dominam nas metrópoles do Sul, Curitiba e Porto Alegre. Mas mesmo nessas metrópoles, essas proporções são menores que entre as categorias médias e superiores. Em São Paulo, há quase a mesma proporção de brancos e não brancos. Também

em São Paulo, o percentual de brancos é menor entre os trabalhadores do secundário que entre os ocupados das categorias médias e superiores;

- em relação à migração, apenas em São Paulo e em Curitiba ela aparece como fenômeno que merece algum registro;

- a renda média domiciliar aumenta entre 1991 e 2000, para todas as metrópoles industriais. É maior em São Paulo, onde atingiu, em 2000, 8,50 salários mínimos e a renda domiciliar *per capita* de 2,18 salários mínimos. Em Curitiba e Belo Horizonte, a renda domiciliar *per capita* não chega a dois salários mínimos, e em Porto Alegre alcança 2,10 no ano 2000. O dado de Fortaleza para o ano 2000 parece estar superestimado, dado que a diferença entre 1991 e 2000 é enorme. E, em todas as metrópoles, é menor que entre as categorias médias.

- sobre as relações de trabalho, em todas as metrópoles percebe-se uma forte precarização entre 1991 e 2000. Em Porto Alegre, o nível de contribuição à previdência é maior, e em Fortaleza, menor. A proporção dos “por conta própria sem previdência” também aumentou;

- a média de anos de estudo é maior que 6 anos, e aumentou entre 1991 e 2000. Apenas em Fortaleza tem valores menores que 6 no ano 2000;
- as condições de moradia são melhores na metrópole paulista e piores em Fortaleza. E a moradia é predominantemente horizontal.

Quadro 11 – Perfil dos trabalhadores do secundário nas metrópoles menos industrializadas (perfis 3 e 4)

Indicadores sintéticos	Rio de Janeiro		Natal		Recife		Salvador	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Demografia								
– % homens	81,8	86,9	78,82	83,36	85,53	86,84	87,46	88,85
– % 65 anos e mais	1,7	2,1	0,95	1,01	1,28	1,24	1,05	1,42
– % brancos	41,4	42,9	27,49	36,12	25,87	33,04	11,49	14,57
– % migrantes há menos de 5 anos no Estado	2,4	2,9	7,50	7,38	3,82	1,60	–	4,47
– tempo médio dos migrantes no Estado	–	–	–	–	2,11	2,67	–	5,36
Renda								
– média renda domiciliar SM	4,93	6,99	4,34	5,67	6,75	–	5,67	5,72
– média renda <i>per capita</i> SM	–	–	0,64	1,35	2,12	3,84	–	1,46
Trabalho								
– % de contribuintes à previdência	51,3	40,7	53,41	45,18	60,58	43,41	66,13	42,49
– % de conta própria sem previdência	–	–	76,61	90,37	–	–	69,48	83,00
Educação								
– média de anos de estudo entre os que estudaram	5,5	6,7	5,44	6,07	–	6,08	5,15	6,16
Moradia								
– % apartamentos	10,4	9,6	1,15	17,00	6,64	7,18	5,23	17,48
– % casas com saneamento escoado	66,9	78,4	8,70	50,65	21,83	39,36	75,25	69,36
– média de banheiros	–	–	1,1	1,22	1,90	1,04	0,97	1,12

Fonte: IBGE: Censos Demográficos de 1991 e 2000.

O perfil dos trabalhadores do secundário das metrópoles menos industrializadas difere em poucos pontos do perfil das industrializadas:

- a razão de sexo favorece, como nas outras, o sexo masculino. Pode-se afirmar que os trabalhadores do secundário são predominantemente

homens, também influenciados operários da construção civil;

- a proporção de idosos é insignificante;
- o percentual de brancos não atinge 40% nas metrópoles do Nordeste e apenas ultrapassa esta cifra no Rio de Janeiro. Era maior em São Paulo e nas metrópoles do Sul;

- a migração aparece como significativa apenas em Natal;
- a renda média domiciliar é semelhante à das metrópoles com perfil 1 e 2;
- as relações de trabalho estão mais precárias em 2000 que em 1991 e têm ordem de grandeza inferior às metrópoles do Sul e São Paulo;
- a média de anos de estudo, tal como nas outras, está por volta de 6 anos, sendo maior em 2000 que em 1991;
- as condições de moradia são bastante precárias em Natal e no Recife, embora o saneamento básico tenha melhorado sensivelmente na década. A moradia é quase sempre horizontal.

b) Trabalhadores do terciário não especializado

Quadro 12 – Alguns indicadores de 2000 para os trabalhadores do terciário não especializado

Metrópole	% homens	% brancos	Renda domiciliar	Anos de estudo	Previdência
Curitiba	32,80	73,20	5,70	6,00	44,50
Porto Alegre	32,14	75,62	6,56	6,05	55,03
São Paulo	36,42	52,49	7,58	6,03	81,75
Rio de Janeiro	36,60	38,50	6,99	6,00	40,60
Belo Horizonte	50,34	32,82	6,40	5,53	49,17
Fortaleza	42,38	30,33	6,07	4,50	–
Natal	38,67	34,64	5,72	5,68	44,53
Recife	39,01	32,33	–	5,16	–
Salvador	30,86	12,99	7,84	5,46	40,40

Fonte: IBGE: Censo Demográfico de 2000.

Alguns pontos podem ser enfatizados sobre os trabalhadores do terciário não especializado, a partir da observação de indicadores de 2000 para as metrópoles em estudo:

- a razão de sexo favorece as mulheres, com exceção de Belo Horizonte, onde é praticamente igual. Em Fortaleza, a proporção de homens alcança mais de 40%. Os trabalhadores do terciário não especializado incluem domésticos, ambulante e biscateiros e prestadores

de serviços não especializados. Nas metrópoles do Sul e em São Paulo e Rio de Janeiro, a forte presença feminina deve estar ligada ao contingente de trabalhadores domésticos. É provável que em Fortaleza, Belo Horizonte, Natal e Recife, além dos domésticos, a representação dos prestadores de serviços não especializados, biscateiros e ambulantes tenha forte componente masculino. Já em Salvador, além dos domésticos, é provável grande

presença de ambulantes do sexo feminino, resultando na razão de sexo de 31% de homens. Um ponto que deve ser enfatizado é que a proporção de mulheres entre os trabalhadores do terciário não especializado é sempre maior que entre os demais ocupados, em todas as metrópoles. Além disso, percebe-se que a proporção de mulheres é bastante semelhante entre as metrópoles;

- a proporção de brancos entre estes trabalhadores é a menor entre as categorias sócio-ocupacionais, para todas as metrópoles. Embora os percentuais entre elas sejam diversos, indo desde 75% de homens no Sul, passando por 50% em São Paulo, cerca de 30% no Rio de Janeiro e nas metrópoles nordestinas e alcançando apenas 13% em Salvador, isso reflete a proporção de não brancos em cada uma dessas metrópoles;
- a renda domiciliar é mais alta em São Paulo e em Salvador. Nas outras metrópoles fica por volta de 6 a 7 salários mínimos. Chama a atenção a grande estabilidade entre metrópoles. Dois pontos escapam dessa estabilidade, São Paulo e Salvador. Uma hipótese é que em São Paulo realmente a renda seja mais alta acompanhando os pisos salariais da cidade, enquanto em Salvador a renda de ambulantes traria a média para cima;
- os anos de estudo também são homogêneos nas distintas metrópoles, em torno de 6 anos no Sul/Sudeste a 5 no Nordeste. Em Fortaleza, a média é menor, apenas 4,5 anos;
- a cobertura de previdência social é precária em quase todas as metrópoles, a grande exceção sendo São Paulo.

Considerações parciais sobre o perfil das categorias sócio-ocupacionais

Como já foi apontado no item "Considerações finais sobre a estrutura socioespacial e sua dinâmica", a dinâmica sócio-ocupacional apresenta algumas diferenças claras entre as metrópoles do Sudeste e do Nordeste. No Sudeste, há perda de dirigentes, enquanto no Nordeste vai acontecer um ganho. Nas metrópoles das duas regiões, há grande aumento relativo dos profissionais de nível superior.

Em relação às camadas médias, no Sudeste percebe-se significativa redução, enquanto no Nordeste houve ganho em Salvador e tênue redução nas outras metrópoles.

Os trabalhadores do terciário não especializado apresentam aumento relativo apenas na metrópole paulista. No Rio de Janeiro, seu peso relativo se manteve, enquanto nas outras metrópoles sua proporção diminui.

Havia uma hipótese que os perfis das distintas categorias fossem heterogêneos entre as diferentes metrópoles. O que se percebeu, entretanto, foi grande semelhança nestes perfis entre metrópoles e grande distinção entre as categorias dentro de cada metrópole. Ou seja, há heterogeneidade entre distintas categorias e homogeneidade na mesma categoria entre diferentes metrópoles. É claro que isto é uma tendência, que não oculta algumas diferenças entre o perfil de determinada categoria entre uma metrópole e outra. Mas a tendência é maior heterogeneidade entre categorias de uma mesma metrópole e maior semelhança entre perfis da mesma categoria entre distintas metrópoles.

Entre as categorias superiores:

– *para os dirigentes*

- em todas as metrópoles há tendência de maior proporção de mulheres em 2000 que em 1991. Não há diferença significativa nas distintas metrópoles;
- a proporção de idosos fica em torno de 4%, também sem diferença visível entre as metrópoles;
- o percentual de brancos entre os membros da elite é bem menor no Nordeste. No Sul, a elite é quase toda branca e, no Sudeste, a proporção ficava por volta de 90%. Assim, nas metrópoles do Nordeste percebe-se uma elite não branca;
- nas metrópoles do Nordeste, percebe-se que parte da elite é migrante recente. De outro lado, a parcela de nascidos no estrangeiro na elite nordestina é ínfima, o que não acontece em São Paulo e Curitiba. Salvador aparece como exceção, com 12% de seus dirigentes nascidos fora do Brasil;
- a renda média da elite nordestina é maior que a da elite nas outras metrópoles. Uma hipótese é que altos executivos migrantes internos exijam salários e bonificações para fixarem residência no Nordeste;
- as condições de moradia são fortemente condicionadas pelas condições da metrópole. Assim era esperado que o perfil da moradia fosse distinto. No Nordeste, a verticalização tende a ser mais baixa e as condições de saneamento, sobretudo em 1991, eram bastante precárias.

– *para os profissionais de nível superior*

- a proporção de homens entre os profissionais de nível superior é bastante semelhante entre

as metrópoles e diferente da porcentagem de homens entre os dirigentes, que é maior;

- a proporção de idosos é ligeiramente superior no Rio de Janeiro e em Curitiba. Mas é sempre menor que entre os dirigentes;
- em relação à cor da pele, no Nordeste vai existir menor proporção de brancos que no Sudeste e no Sul. Mas é inferior, nas três metrópoles, a proporção de brancos entre os dirigentes;
- a proporção de estrangeiros continuava significativa apenas em São Paulo e em Curitiba, tal como entre os dirigentes. Mas, mesmo nessas metrópoles, apresenta-se inferior à porcentagem de estrangeiros entre os dirigentes;
- há diferença significativa entre a renda média dos profissionais de nível superior e os dirigentes. E, entre estes profissionais de nível superior, a renda média é maior no Sudeste que no Sul e maior no Sul que no Nordeste;
- a precarização das relações de trabalho em todas as metrópoles é violenta entre 1991 e 2000;
- a média de anos de estudo é semelhante entre os profissionais de nível superior, em todas as metrópoles, e maior que a dos dirigentes;
- as condições de moradia do Nordeste são distintas das do Sul e Sudeste, com menor verticalização e pior condição sanitária.

Entre as categorias médias:

- a razão de sexo entre as categorias média nas distintas metrópoles é semelhante, mas distinta da razão entre as categorias superiores. Nas médias, a proporção de mulheres é maior e cresceu entre 1991 e 2000;
- a proporção de brancos nas categorias médias do Nordeste fica entre 40 e 50%. No Sul e no Sudeste, é maior. Mas todas as metrópoles

têm maior proporção de brancos entre as categorias superiores;

- quase não há estrangeiros e a proporção de migrantes é pequena. A única exceção é em Natal, onde cerca de 10% dos ocupados nas categorias médias são migrantes;
- a renda domiciliar média das categorias médias é menor que das superiores. Há variabilidade de renda média entre Sul-Sudeste e Nordeste. A renda média do Nordeste é superior, com exceção de Natal;
- a escolaridade é menor que nas categorias superiores, mas semelhante entre as metrópoles, em torno de 10 anos de estudo;
- a contribuição à previdência cai entre 1991 e 2000 em todas as metrópoles. Em 2000, atinge níveis muito baixos nas metrópoles do Nordeste;
- as condições de moradia apresentam menor verticalização que entre as categorias superiores. As condições sanitárias das moradias do Nordeste melhoraram na década, mas ainda são inferiores às condições de moradia no Sul-Sudeste.

Entre as categorias populares urbanas:

– *trabalhadores do secundário*

- a proporção de trabalhadores do secundário no total das categorias populares urbanas é bastante distinta. Pode-se determinar quatro tipos de perfil: o perfil 1, com cerca de 60% de trabalhadores do secundário entre as categorias populares urbanas em 2000 (Porto Alegre e Curitiba); o perfil 2, com aproximadamente 40% de secundário (São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza); o perfil 3, com 35% de secundários (Rio de Janeiro e Natal); e o perfil 4, com cerca de 30% de trabalhadores do secundário no total das categorias populares urbanas (Recife e Salvador);

- dentro de cada um desses perfis, vão existir distintas composições dentro dos trabalhadores do secundário. Há duas metrópoles com grande peso de ocupação na indústria tradicional: Porto Alegre e Fortaleza, com Natal despontando como possível polo de emprego para operários da indústria tradicional. Apenas uma metrópole – São Paulo – caracteriza-se como centro de emprego de operários da indústria moderna, embora Curitiba e Belo Horizonte já apareçam com peso relativo digno de nota nesse item. Nas outras, o maior peso relativo encontra-se na construção civil. Salvador chega a ter mais de 40% dos seus ocupados no secundário na construção civil;

- em todas as metrópoles, a proporção de homens entre os trabalhadores do secundário é maior que a média da metrópole, e maior que entre os profissionais de nível superior e as categorias médias. É provável que os operários da construção civil, majoritariamente masculinos, estejam afetando esse percentual;
- em todas as metrópoles, a proporção de idosos é mínima;
- a proporção de brancos difere nas metrópoles do Sul, Sudeste e Nordeste. Mas é sempre maior que entre as categorias médias;
- a renda domiciliar aumenta para todas entre 1991 e 2000, mas é menor que entre as categorias médias; é semelhante entre os diversos perfis de taxa de industrialização;
- a média de anos de estudo é menor que entre as categorias médias, mas é semelhante entre as metrópoles, cerca de 6 anos;
- as condições de moradia são melhores em São Paulo e piores em Fortaleza. São mais horizontais e com condições sanitárias piores que entre as categorias médias;

– *trabalhadores do terciário não especializado*

- os trabalhadores do terciário não especializado são predominantemente mulheres, em todas as metrópoles. E sempre a proporção de mulheres nesses trabalhadores é a maior entre todas as categorias sócio-ocupacionais, e semelhante entre as metrópoles;
- a proporção de brancos é também a menor entre todas as categorias. Varia por metrópole. No Sul chega a 75%, enquanto no Nordeste é menor, atingindo seu mínimo em Salvador, com apenas 13% dos trabalhadores do terciário não especializados brancos;
- a renda domiciliar fica entre 6 a 7 salários mínimo. Apenas dois pontos escapam da estabilidade: São Paulo e Salvador;
- a média de anos de estudo é também homogênea, com cerca de 5 a 6 anos de estudo;

- a cobertura da previdência é precária em todas as metrópoles.

Resumindo

- há diferenças marcantes na razão de sexo, proporção de idosos, origem, escolaridade, renda, condições de trabalho e de moradia entre as categorias sócio-ocupacionais numa mesma metrópole;
- há algumas diversidades em relação à cor, renda e condição de moradia entre as mesmas categorias sócio-ocupacionais nas distintas metrópoles (sobretudo diferenças entre as metrópoles do Sul/Sudeste e do Nordeste);
- há inúmeras semelhanças entre os perfis das mesmas categorias nas distintas metrópoles.

Suzana Pasternak

Professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Pesquisadora do CNPq. Vice coordenadora do Observatório das Metrópoles. suzanapasternak@uol.com.br

Referências

- BOURDIEU, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro, DIFEL/Bertrand Brasil.
- HAMMET, C. (1995). Les changements socioéconomiques à Londres: croissance des catégories tertiaires. *Sociétés Contemporaines*, n. 22, pp. 15-32.
- MALDONADO, J. L. (2000). “Economia, emprego e desigualdade social em Madri”. In: QUEIROZ RIBEIRO, L. C. (org.) *O futuro das metrópoles*. Rio de Janeiro, Revan.
- MAMMARELLA, R. (2007). “Box II Panorama da estrutura socioocupacional das Regiões Metropolitanas no Brasil, 2000”. In: QUEIROZ RIBEIRO, L. C. e SANTOS JUNIOR, O. A. *As metrópoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro, Revan/Fase.
- PIQUET, R. (2000). O emprego industrial metropolitano e a nova divisão espacial do trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 3, pp. 97-110.
- PRETECEILLE, E. (1994). “Cidade globais e segmentação social”. In: QUEIROZ RIBEIRO, L. C. e SANTOS JUNIOR, O. A. *Globalização, fragmentação e reforma urbana. O futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____ (1995). Division sociale de l'espace et globalisation: le cas de la Métropole Parisienne. *Sociétés Contemporaines*, n. 22, pp 33-68.
- RIBEIRO, L. C. de Q. e LAGO, L. (2000). O espaço social das grandes metrópoles: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 3, pp. 111-128.
- SASSEN, S. (1991). *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton, Princeton University Press.

Texto recebido em 4/nov/2010
Texto aprovado em 15/dez/2010